

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE BARRA - BA

ATO CONVOCATÓRIO 025/2014
CONTRATO 004/2015



P1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa
de Comunicação Social

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE BARRA/BA, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**P1 - Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e
Plano de Comunicação Social**

ATO CONVOCATÓRIO 025/2014

CONTRATO 004/2015

TOMO ÚNICO

REVISÃO 1

CODIFICAÇÃO INTERNA: 15001-R-PMS-P1-01-01

MAIO - 2015



01	07/05/2015	Revisão	DW	AM	AM
00	26/04/2015	Emissão Inicial	DW	AM	AM
Revisão	Data	Descrição Breve	Autor	Supervisor	Aprovação

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE BARRA/BA, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

P1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social

Elaborado por: Dieter Wartchow	Supervisionado por: Alexandre Augusto Mees Alves		
Aprovado por: Alexandre Augusto Mees Alves	Revisão	Finalidade	Data
	01	3	07/05/2015
Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação			



ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS

R. Baronesa do Gravataí, 137 – Sala 406 – Cidade Baixa – Porto Alegre – RS – (51) 3237-6339
contato@aguaesolo.com



Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo





Elaboração e Execução

Água e Solo Estudos e Projetos

Coordenação Técnica

Dieter Wartchow

Luiz Fernando Cybis

Equipe Técnica

Alexandre Augusto Mees Alves

Alfonso Risso

Cícera Gomes

Fernando Setembrino Meirelles

Giuliano Crauss Daronco

Gustavo Brasileiro Coelho

Liesbet Olaerts

Lucas Michelini Beltrame

Lucas Rangel Martins

Rafael Zortea

Raíza Cristovão Schuster



Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

AGB Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes – Diretora Geral

Alberto Simon Schwartzman – Diretoria Técnica

Ana Cristina da Silveira – Diretora de Integração

Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças

Patrícia Sena Coelho – Assessora Ambiental

Thiago Campos – Assessor Técnico

Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora Técnica



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Anivaldo de Miranda Pinto – Presidente

Wagner Soares Costa – Vice Presidente

José Maciel Nunes Oliveira – Secretário

Márcio Tadeu Pedrosa – Coordenador CCR Alto São Francisco

Cláudio Pereira da Silva – Coordenador CCR Médio São Francisco

Manoel Uilton dos Santos – Coordenador CCR Sub Médio SF

Melchior Carlos do Nascimento – Coordenador CCR Baixo São Francisco



Prefeitura Municipal de Barra/Bahia

Prefeito

Artur Silva Filho

Grupo de Trabalho (GT-PMSB)

A ser formado.

Data prevista 11/05/2015

APRESENTAÇÃO

Este relatório é integrante da “**ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE BARRA/BA, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**” decorrente do contrato N° 004/2015 celebrado entre a contratante **ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO (AGB PEIXE VIVO)** e a empresa contratada **ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS**.

DADOS DO CONTRATO:

- Edital de Concorrência N°: 025/2014
- Contrato N°: 004/2015
- Valor de Contrato: R\$ 324.209,16
- Data de Assinatura do Contrato: 20/02/2015
- Data da Ordem de Serviço: 27/03/2015

Os oito documentos que apresentam o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE BARRA/BA** estão organizados da seguinte forma:

- **P1 - Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e Plano de Comunicação Social:** apresenta a metodologia de trabalho a ser empregada na elaboração do Plano, inclusive descrevendo a estratégia de mobilização dos diversos atores da sociedade para construção de um documento participativo e melhor forma e levantamento de dados.
- **P2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico:** apresenta a consolidação do levantamento de dados e estudos realizados para o município em questão, caracterizando as condições das quatro áreas do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e gerenciamento dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.
- **P3 - Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços:** apresenta a projeção da situação do saneamento básico para o município, apresentando a concepção de estratégias para alcançar os objetivos-metas definidos no PMSB de modo as condições sanitárias do PMSB. Tais estratégias poderão envolver ações institucionais, estruturais ou não estruturais.

- **P4 - Programas, Projetos e Ações:** apresenta a definição dos programas, projetos e ações com estimativas de custos, baseadas nos resultados dos estudos da fase de Prognósticos e Alternativas, que possam dar consequência às ações formuladas. Deve estabelecer metas de curto, médio e longo alcance, objetivando condições de melhoria progressiva dos serviços de saneamento.
- **P5 - Ações para Emergências e Contingências:** apresenta proposições de ações para condições de racionamento e aumento de demanda temporária, assim como contingências para falhas operacionais e situações imprevistas.
- **P6 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico:** apresenta diretrizes para um termo de referência técnica para elaboração do Sistema de Informação Municipal de Saneamento Básico.
- **P7 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB:** apresenta os mecanismos para monitoramento e avaliação sistemática e contínua das ações propostas pelo PMSB.
- **P8 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese:** apresenta uma síntese de todos produtos elaborado, transformando-se efetivamente no Plano de Saneamento Básico.

Este documento apresenta o **P1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social.**

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO</u>	<u>1</u>
1.1	CONTEXTO DO SERVIÇO CONTRATADO.....	1
1.2	PLANO DE SANEAMENTO DE BARRA/BA	3
1.3	COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	8
2	<u>LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</u>	<u>11</u>
2.1	HISTÓRICO.....	11
2.2	A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E O MUNICÍPIO DE BARRA.....	14
3	<u>JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.....</u>	<u>25</u>
4	<u>METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS</u>	<u>29</u>
5	<u>PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CONTENDO DATAS PROVÁVEIS PARA REUNIÕES</u>	<u>31</u>
6	<u>DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DE TODOS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO</u>	<u>36</u>
7	<u>FLUXOGRAMAS CONTENDO FATORES DIFICULTADORES E FACILITADORES, NAS RESPECTIVAS ETAPAS DOS TRABALHOS.....</u>	<u>37</u>
8	<u>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</u>	<u>39</u>
9	<u>FONTES DE INFORMAÇÕES</u>	<u>41</u>
10	<u>METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE DADOS.....</u>	<u>43</u>
10.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	43
10.2	SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	44
10.3	SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E DO MUNICÍPIO.....	45
10.4	SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.....	45
10.5	SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	47
10.6	SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	48
10.7	SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA.....	50
10.8	DIAGNÓSTICO DOS SETORES QUE TÊM RELAÇÃO COM O SANEAMENTO BÁSICO.....	52
10.8.1	SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	52
10.8.2	SITUAÇÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS.....	53
10.8.3	SITUAÇÃO DA SAÚDE	54
10.9	RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PARTIDA E VISITA TÉCNICA REALIZADA EM BARRA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2015	55

10.9.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	56
10.9.2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	57
10.9.3	RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RSD)	58
10.9.4	DRENAGEM URBANA	59
11	<u>PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL</u>	63
11.1	INTRODUÇÃO.....	63
11.2	JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	64
11.3	METODOLOGIA	65
11.4	PÚBLICO ALVO.....	67
11.5	AÇÕES E ATIVIDADES PROPOSTAS.....	68
11.6	OUVIDORIA.....	69
11.7	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	71
11.8	PROPOSTA DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS	72
11.9	QUANTITATIVOS E CUSTOS DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.....	80
12	<u>PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA PRODUTOS A SEREM ELABORADOS PARA O PMSB DE BARRA/BA.....</u>	82
12.1	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 02 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	82
12.2	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 03 – PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	84
12.3	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 04 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.....	85
12.4	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 05 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS	86
12.5	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 06 – TERMO DE REFERÊNCIA PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAL	87
12.6	MINUTA DE SUMÁRIO PARA O PRODUTO 07 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO PMSB	88
13	<u>EQUIPE PARTICIPANTE</u>	89
13.1	PELA ÁGUA E SOLO	89
13.2	PELA AGB PEIXE VIVO.....	89
13.3	PELA PREFEITURA MUNICIPAL	90
14	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	91

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1.1 – Organograma do CBSHF</i>	10
<i>Figura 2.1 – Mapa da Região Hidrográfica do Médio São Francisco, com destaque para o município de Barra / BA.</i>	17
<i>Figura 2.2 – Proposta de Enquadramento dos Corpos d’Água da Bacia do Rio São Francisco.</i>	19
<i>Figura 2.3 – Mapa das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) do Estado da Bahia.</i>	22
<i>Figura 2.4 – Mapa da Região de Planejamento e Gestão das Águas – XXI Rio Grande.</i>	23
<i>Figura 4.1 - Níveis de participação na elaboração de PMSB.</i>	29
<i>Figura 4.2 – Capa da cartilha “O Município que queremos!”</i>	30
<i>Figura 6.1 – Esquema para identificação dos agentes envolvidos na elaboração do PMSB</i>	36
<i>Figura 7.1 – Fluxograma do caminhamento dos trabalhos de elaboração do PMSB.</i>	38
<i>Figura 10.1 – Reunião realizada na sede da Prefeitura de Barra no dia 16/04/2015</i>	56
<i>Figura 10.2 – Visita ao SAA da zona urbana de Barra (16/04/2015)</i>	60
<i>Figura 10.3 – Visita ao SES da zona urbana de Barra (16/04/2015)</i>	61
<i>Figura 10.4 – Registro fotográfico da situação dos RSD verificados no município no dia 16/04/2015.</i>	61
<i>Figura 10.5 – Registro fotográfico do Bairro Sagrada Família e da elevatória pluvial (16/04/2015).</i>	62
<i>Figura 11.1 – Proposta de Questionário</i>	74
<i>Figura 11.2 – Proposta de Convite</i>	75
<i>Figura 11.3 – Proposta de Cartaz</i>	76
<i>Figura 11.4 – Proposta de Panfleto 1</i>	77
<i>Figura 11.5 – Proposta de Panfleto 2</i>	78
<i>Figura 11.6 – Proposta de Pôster para Divulgação da Ouvidoria</i>	79

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 2.1 – Cobertura dos serviços de saneamento por região fisiográfica.</i>	21
<i>Quadro 8.1 – Cronograma de execução das atividades previstas no desenvolvimento do PMSB do município de Barra/BA.</i>	39
<i>Quadro 11.1 – Ações e Atividade Propostas</i>	70
<i>Quadro 11.2 – Cronograma das atividades de mobilização Social</i>	71
<i>Quadro 11.3 – Quantidade e custo estimado de material de divulgação</i>	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AGB PEIXE VIVO	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias hidrográficas Peixe Vivo
ANA	Agência Nacional de Águas
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHSF	Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco
CERB	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
CNRH	Conselho Nacional dos Recursos Hídricos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DATASUS	Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde
DIREC	Diretoria Colegiada
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GT-PMSB	Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PEMAPES	Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNSB	Pesquisa Nacional e Saneamento B
RPGA	Região de Planejamento e Gestão das Águas
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAC	Sistemas Alternativos Coletivos
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SNIS	Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZOOP	Planejamento de Projetos Orientados para Objetivos

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) tem por objetivo a institucionalização do processo de planejamento das atividades de saneamento básico no município, assim como, garantir através da regulação, do controle social e da participação, uma gestão eficaz e de qualidade dos serviços de saneamento básico.

1.1 Contexto do Serviço Contratado

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), instituído pelo Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001 (BRASIL, 2001), estabeleceu por meio da Deliberação Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nº 03, de 3 de outubro de 2003 (CBHSF, 2003), as diretrizes para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A Deliberação CBHSF nº 07, de 29 de julho de 2004 (CBHSF, 2004a), aprovou o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco cuja síntese executiva, com apreciações das deliberações do CBHSF aprovadas na III Reunião Plenária de 28 a 31 de julho de 2004, foi publicada pela Agência Nacional de Águas (ANA) no ano de 2005 (ANA, 2005).

A Deliberação CBHSF nº 14, de 30 de julho de 2004 (CBHSF, 2004b), estabeleceu o conjunto de intervenções prioritárias para a recuperação e conservação hidroambiental na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, propondo ainda a integração entre o Plano da Bacia e o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A Deliberação CBHSF nº 15, de 30 de julho de 2004 (CBHSF, 2004c), estabeleceu o conjunto de investimentos prioritários a serem realizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no período 2004 - 2013, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco.

A Deliberação CBHSF nº 16, de 30 de julho de 2004 (CBHSF, 2004d), que dispõe sobre as diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco recomenda que, os recursos financeiros arrecadados sejam aplicados de acordo com o programa de investimentos e Plano de Recursos Hídricos,

aprovados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica.

A Deliberação CBHSF nº 40, de 31 de outubro de 2008 (CBHSF, 2008), aprovou o mecanismo e os valores da cobrança (anexo II, aprovado em 06 de maio de 2009) pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da Resolução CNRH nº 108, de 13 de abril de 2010 (CNRH, 2010), publicada no Diário Oficial da União em 27 de maio de 2010, aprovou os valores e mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012 (CBHSF, 2012), aprovou o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2013-2015.

No Plano de Aplicação Plurianual consta a relação de ações a serem executadas com os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, dentre as quais devem estar incluídas aquelas ações relativas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) (item II.1.2 - da Componente 2 - Ações de Planejamento). Proporcionar a todos o acesso universal ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade pode ser considerado como uma das questões fundamentais relativas à saúde pública, e tais questões são postas como desafio para as políticas sociais. Este desafio coloca a necessidade de se buscar as condições adequadas para a gestão dos serviços de saneamento básico. A falta de ações sistemáticas e contínuas de planejamento, fiscalização e de políticas sociais efetivas indica a necessidade de atenção especial do poder público, pois as populações alocadas nas áreas urbanas e rurais, em geral, têm acesso aos serviços em condições nem sempre satisfatórias.

Os Planos Municipais de Saneamento Básico estão inseridos nas Metas contidas na Carta de Petrolina, assinada e assumida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Por decisão da Diretoria Colegiada (DIREC) do CBHSF foi lançada, do início do ano de 2013, uma solicitação de Manifestação de Interesse para que as Prefeituras Municipais de candidatassem a elaboração dos respectivos PMSB.

Em reunião da DIREC, realizada em 08 de agosto de 2013, foi definida uma lista de municípios que seriam contemplados numa primeira etapa, a partir de uma análise elaborada pela AGB Peixe Vivo, mantendo-se uma proporção nas quatro regiões hidrográficas da bacia do rio São Francisco (Alto, Médio, Submédio e Baixo), observando-se ainda as possibilidades de contratações de conjuntos de PMSB de forma integrada.

A AGB Peixe Vivo, através de ato licitatório, buscou contratar serviços especializados para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, contemplando o município de Barra, localizado no estado da Bahia (Médio São Francisco), na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Desta forma, a Água e Solo Estudos e Projetos, vencedora do processo licitatório realizado pela AGB Peixe Vivo (Ato Convocatório 025/2014), assinou o contrato N° 03/2015, referente ao Contrato de Gestão 014/ANA/2010, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Barra/BA.

1.2 Plano de Saneamento de Barra/BA

Como critérios para subsidiar os aspectos relacionados à elaboração do PMSB de Barra /BA, foram utilizados aqueles recomendados pela Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e do seu decreto que regulamenta a lei, o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 (BRASIL, 2010a), estabelecendo diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras diretrizes.

O PMSB visa estabelecer um planejamento de ações de saneamento básico no município de Barra - BA, para os serviços públicos e infraestruturas relacionadas a temática do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, do manejo e a disposição dos resíduos sólidos e da drenagem e o manejo de águas pluviais. Sua elaboração e conteúdo atendem aos princípios da política nacional de saneamento básico constantes na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, aos princípios da política nacional de resíduos sólidos segundo a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010b), a proteção dos recursos hídricos e a promoção da saúde pública.

A definição de saneamento básico está prevista no artigo 3º, da Lei nº 11.445, conforme dispõe, *in verbis*:

“Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas”.

Conforme prevê o Art. 2º da Lei 11.445/07, os princípios fundamentais que deverão reger a prestação dos serviços públicos de saneamento básico são os seguintes, a letra da lei:

“...I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e

maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras, de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X – controle social;

XI – segurança, qualidade e regularidade;

XII – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. “

Analisando os princípios, nota-se que o saneamento básico passa a ser visto como uma questão de Estado, que reforça o conceito de planejamento sustentável, tanto do ponto de vista da saúde, dos recursos hídricos, do estatuto das cidades e do meio

ambiente, quanto do ponto de vista social, educacional e financeiro.

A preocupação pela universalização e integralidade da prestação dos serviços, sempre prestados com transparência e sujeitos ao controle social, é outro ponto destacado. O saneamento básico tem que ser planejado em conjunto com as demais políticas de desenvolvimento urbano e regional voltadas à melhoria da qualidade de vida, bem como à busca permanente por uma gestão eficiente dos recursos hídricos e do meio ambiente. Nesta linha, de reforço da necessidade de um planejamento consciente da prestação dos serviços públicos de saneamento, é que a Lei exige a elaboração de um plano nos seguintes termos:

“Art. 19 – A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I – diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II – objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III – programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV – ações para emergências e contingências;

V – mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas”.

O artigo 23 do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, estabelece que o Plano deve ser elaborado pelo titular do serviço, e por esta razão, entende-se que cabe ao Município planejar o serviço a ser prestado, com a elaboração do Plano de

Saneamento Básico, que poderá ser único ou específico para cada serviço: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A atividade de planejar é indelegável e de exclusiva responsabilidade do Município, conforme se depreende da leitura do artigo 8º, da Lei nº 11.445, que autoriza a delegação da organização, regulação e fiscalização do serviço, mas não do planejamento, conforme segue:

“Art. 8º Os titulares dos serviços de saneamento básico poderão delegar a organização, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005.”

No caso específico do Município de Barra/BA optou-se pela elaboração do Plano de Saneamento contemplando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Na Resolução Recomendada nº 75, de 02 de julho de 2009 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009), constam orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico:

Art. 2º. O Titular dos Serviços, por meio de legislação específica, deve estabelecer a respectiva Política de Saneamento Básico, que deve contemplar:

a definição da forma como serão prestados os serviços....

a definição das normas de regulação, incluindo a designação do ente responsável pela regulação e fiscalização,...

a garantia de condições de acesso a toda a população à água em quantidade e qualidade...

a fixação dos direitos e deveres dos usuários.

a criação do Fundo de Universalização estabelecendo fontes de recursos, destinação e forma de administração

VIII. o estabelecimento dos instrumentos e mecanismos de participação e controle social na gestão da política de saneamento básico, ou seja, nas atividades de planejamento e regulação, fiscalização dos serviços na forma de conselhos das cidades ou similar, com caráter deliberativo;

Ainda quanto à sua elaboração, não se pode ignorar o impacto na ordenação territorial do Município, devendo atender a toda legislação que diga respeito ao uso e ocupação do solo urbano, que agrega, em sentido amplo, a legislação municipal aplicada e legislação ambiental própria, entre outros.

Ressalta-se que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento integrante da política pública de saneamento (Lei nº 11.445/07, art. 9º, I), é a primeira etapa de uma série de medidas que devem ser tomadas pelo titular do serviço. Baseado no Plano, o titular decidirá a forma como o serviço será prestado. O Comitê Executivo e o Comitê Coordenador do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Barra - BA deverão deliberar a forma da prestação dos serviços de saneamento básico. Na zona urbana os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por um Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Sem o Plano, o Município não poderá celebrar contrato de programa para empreender a gestão associada dos serviços de resíduos sólidos, mediante contrato de programa, uma vez que ele é condição para tanto, como prevê o artigo 11 da Lei nº 11.445/07.

1.3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco abrange sete unidades da Federação, sendo elas Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal, com extensão aproximada de 2.863 km e área de drenagem de 639.219 km², equivalente a 7,5% do território nacional.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF (Figura 1.1) é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias

de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

Criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001, o comitê tem 62 membros titulares e expressa, na sua composição tripartite, os interesses dos principais atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia. Em termos numéricos, os usuários somam 38,7% do total de membros, o poder público (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, a sociedade civil detém 25,8% e as comunidades tradicionais 3,3%.

Os membros titulares se reúnem duas vezes por ano – ou mais, em caráter extraordinário. O plenário é o órgão deliberativo do Comitê e as suas reuniões são públicas. A diversidade de representações e interesses torna o CBHSF uma das mais importantes experiências de gestão colegiada envolvendo Estado e sociedade no Brasil.

As atividades político-institucionais do Comitê são exercidas, de forma permanente, por uma Diretoria Colegiada, que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e os coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais – CCRs das quatro regiões fisiográficas da bacia: Alto, Médio, SubMédio e Baixo São Francisco. Esses sete dirigentes têm mandatos coincidentes, renovados a cada três anos, por eleição direta do plenário.

Além das Câmaras Consultivas Regionais o CBHSF conta com Câmaras Técnicas – CTs, que examinam matérias específicas, de cunho técnico-científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do plenário. Essas câmaras são compostas por especialistas indicados por membros titulares do Comitê.

No plano federal, o Comitê é vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, e se reporta ao órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país, a Agência Nacional de Águas – ANA.

A função de escritório técnico do CBHSF é exercida por uma agência de bacia, escolhida em processo seletivo público, conforme estabelece a legislação. A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas – AGB Peixe Vivo opera como braço executivo do Comitê desde 2010, utilizando os recursos originários da cobrança pelo uso da água do rio para implementar as ações do CBHSF.

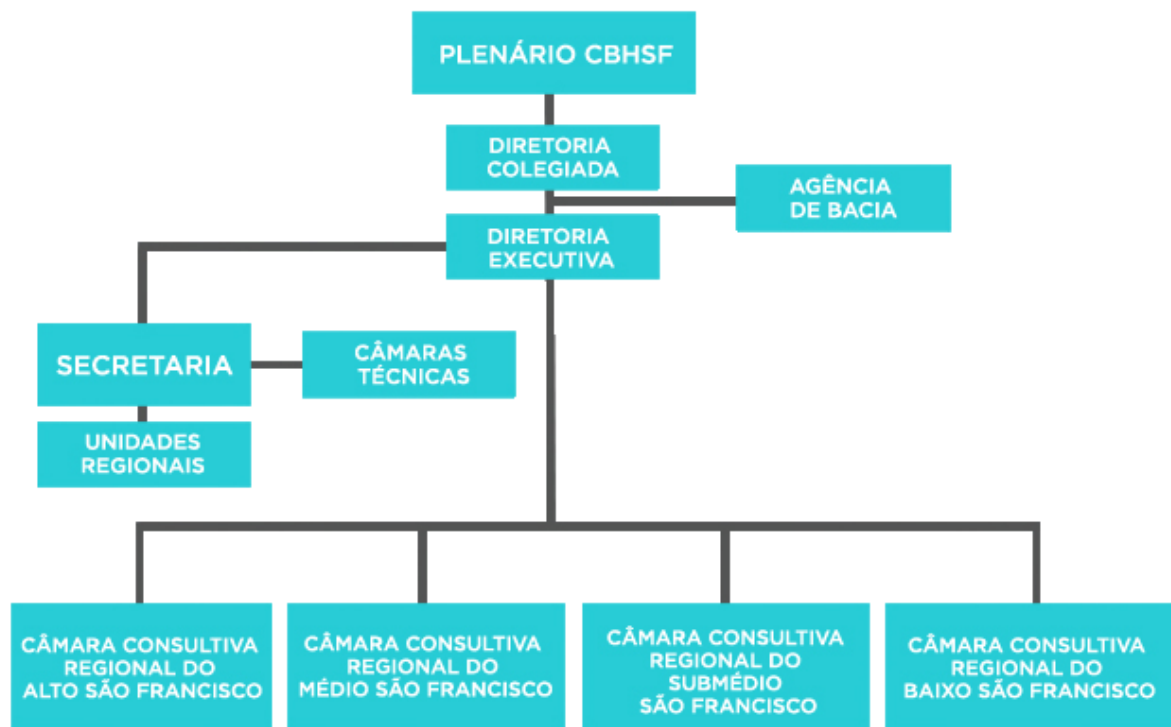


Figura 1.1 – Organograma do CBSHF

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Segundo os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população da cidade de Barra/BA foi estimada em 49.342 habitantes, distribuídos em 11.414,4 km² de área, o que confere uma densidade demográfica de 4,32 hab/km², sendo a população urbana composta por 26.881 habitantes (54,4 % do total) e a população rural composta por 22.461 habitantes (45,5 % do total).

O município está localizado no Oeste da Bahia, cujas coordenadas são 11°00' a 11° 30' S e 43°00 a 43°30' W, limitando-se ao Norte com Buritirama e Pilão Arcado, ao Sul com Ibotirama, Morpará e Muquém do São Francisco, ao Leste com Xique-Xique e ao Oeste com Mansidão, Cotegipe e Wanderley.

Os principais acessos rodoviários ao município são:

- No eixo leste/oeste, a rodovia estadual BA-160, cruzando balsa pelo Rio São Francisco pelo leste;
- Pelo sul, a rodovia estadual BA-161 (pelo sul), cruzando o Rio Grande para atingir a sede;
- Pelo norte, a rodovia estadual BA-351.

A Figura 2.1 localiza o município de Barra no contexto da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, o qual está situado na confluência do Rio Grande com o Rio São Francisco.

2.1 Histórico

Fonte: Prefeitura Municipal

“A rica história do município da Barra começa por volta de 1670...

Quando um curral da Casa da Torre, de Dias D’Ávila, foi implantado nas barrancas do Rio Grande, exatamente onde suas águas se juntam às do rio São Francisco.

Surge aí a Fazenda da Barra do Rio Grande do Sul (do Rio Grande do Sul para evitar confusão com o Rio Grande do Norte).

Junto aos sertanistas vieram os padres para catequizar os índios dessas terras. Construiu-se então uma capela. A capela de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul.

A fazenda cresceu e virou arraial.

Em 1698, o arraial passou a povoação. Isso, por determinação de Dom José I, rei de Portugal.

A Carta Régia foi assinada pelo então governador geral do Brasil, Dom João de Lancastro. Depois disso, o local ficou oficialmente conhecido como Povoação de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul. Distrito da Vila de Cabrobó, Capitania de Pernambuco.

Novos moradores chegavam de outras partes do país e até do exterior.

A povoação cresceu e em 1752 transformou-se em vila - Vila de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul; porém o novo status só foi efetivado no ano seguinte, em 1753.

Nessa época, a economia da Vila era promovida pela criação de gado, pela lavoura e pelo beneficiamento de carnes e peixes. A população era composta por vaqueiros, lavradores, pescadores, produtores de rapadura, de cachaça, caixeiros viajantes... Nobres e plebeus, escravos e senhores conviviam pacificamente.

Por mais de setenta anos a Vila de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul, esteve subordinada a Pernambuco e depois a Minas Gerais. Só em 1827, depois que o Brasil se tornou independente de Portugal, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, incorporou à Província da Bahia a Comarca do Rio São Francisco com sede na Vila da Barra.

Apesar disso, a Igreja, que era o outro grande poder da época, só transferiu a Vila da Barra da diocese de Pernambuco para a diocese da Bahia em 1853.

Naquela época a única forma de comunicação com outras localidades era através de uma única linha de correio que ligava a Vila da Barra à Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Funcionava com homens viajando a pé carregando malas de correspondências que tinham a obrigação de passar pela Vila três vezes por mês.

Só em 1902 a situação melhorou. O vapor Saldanha Marinho começou a trafegar regularmente entre Pirapora, Minas Gerais e Juazeiro na Bahia, passando pela Vila da Barra.

Finalmente, em 16 de junho de 1873, a Vila foi promovida a cidade – Cidade Florescente da Barra do Rio Grande. No mesmo ano reduziu-se a denominação e passou a ser chamada Barra do Rio Grande. Em 1931 ficou apenas Barra.

Em sua marcha ascendente, Barra atingiu o século XX desfrutando de situação privilegiada entre as unidades municipais mais prósperas do Estado. Até a metade do século XX, quando a navegação fluvial representava o principal meio de transporte do Rio São Francisco, a Barra era um dos mais importantes entrepostos comerciais do vale do Rio da Unidade Nacional, da bacia do seu afluente, o Rio Grande, e também do subafluente, o Rio Preto,

os quais, por sua vez, interligavam esta região com os estados de Goiás e Piauí.

Ainda no século XX, a partir da década de sessenta, com a implantação do transporte rodoviário como meio prioritário no país, a navegação fluvial na Região do São Francisco perdeu a importância. Dessa forma, a Barra que apesar de ser um dos grandes centros comerciais da época, não foi beneficiada com a estrada de rodagem, entrou em decadência e permaneceu por décadas à margem do desenvolvimento. Importantes instituições já instaladas no município como a Capitania dos Portos, o IBGE, a Codevasf, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, a Receita Federal, a Fundifran, entre outras. Além de diversas empresas comerciais, fecharam suas unidades na cidade.

Em consequência, grande parte da população, deixou o município à procura de melhorias, já que a Barra não oferecia qualquer oportunidade de trabalho. Os antigos distritos de Buritirama e Muquém emanciparam-se, levando consigo boa parte dessa população e das áreas apropriadas à agropecuária, enfraquecendo ainda mais a economia local.

Entretanto, as tradições culturais e históricas da Barra não permitiram que ela desaparecesse nesse turbilhão de abandono e descaso. A esperança não morreu no coração dos barreenses e o seu bairrismo e sentimento de amor à terra, constituíram os ingredientes que serviram para alimentar a busca por melhores dias.

Finalmente, a rodovia...

Em 1998 o município da Barra foi ligado a Salvador e a Brasília por estradas asfaltadas: via Xique-Xique -Irecê - Feira de Santana (BA-160) e Ibotirama - Barreiras (BA-161), respectivamente. Também, foi feita a pavimentação da pista do aeroporto local. Os sinais de recuperação começaram a aparecer, vislumbrando-se a retomada do desenvolvimento.

Paralelamente a esse acontecimento foi idealizado, criado e instalado no município o Projeto Brejos da Barra, um programa de cunho socioeconômico, com apoio da Codevasf, que realizou um trabalho importantíssimo para o desenvolvimento da zona rural da Barra, com a construção de obras de relevância social, educacional e econômica.

A partir de 2001 a Barra deu uma significativa guinada à procura de recuperação social, econômica e cultural, cujos resultados positivos verificam-se em todos os setores da sociedade organizada e em toda a área territorial do município.

Temos hoje uma Nova Barra que inspira progresso e motiva seus moradores a trabalharem em demanda de um crescimento rápido, para voltar a colocar o município em lugar de destaque no contexto das demais unidades prósperas da Bahia e do Brasil.”

2.2 A Gestão de Recursos Hídricos e o Município de Barra

A Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997), conhecida como Lei das Águas, estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Lei Estadual nº 11.612 de 08 de outubro de 2009 (BAHIA, 2009) segue no mesmo caminho, definindo também a bacia hidrográfica como unidade territorial para o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos.

A gestão municipal, por sua vez, não guarda qualquer relação com o conceito de bacia hidrográfica. No entanto, é de fundamental importância, que a gestão municipal entenda os recursos hídricos na área territorial dos municípios, dentro do conceito mais amplo de bacia hidrográfica. Ações realizadas dentro do município poderão impactar áreas fora do município (jusante). Por outro lado, atividades impactantes realizadas agora fora da bacia (montante), poderão comprometer os recursos hídricos na área do município.

Ainda, a Lei Federal 11.445/2007 (Lei do Saneamento), preconiza que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base em vários princípios fundamentais, mencionando explicitamente a necessidade de integração das infraestruturas e serviços do saneamento, com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Além disso, estabelece que os planos de saneamento básico sejam compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

Em função do exposto anteriormente, quando da realização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Barra (Bahia), fica clara a necessidade de entendermos os seus recursos hídricos de uma forma mais ampla, dentro do conceito de bacia hidrográfica. Para tanto, se faz necessário conhecer as instâncias de gestão dos recursos hídricos, e seus ditames, relativas aos recursos hídricos do município de Barra, de forma a levá-los em consideração quando do desenvolvimento do PMSB. Por outro lado, também o PMSB de Barra deverá influenciar a gestão de recursos hídricos, nas suas diversas instâncias.

A gestão de recursos hídricos no Brasil se insere em duas instâncias, a federal e a estadual. Vamos apresentar a seguir, a situação os recursos hídricos de Barra, dentro destas duas instâncias.

A área territorial do município de Barra, relativamente à divisão em regiões hidrográficas brasileiras, situa-se dentro da Região Hidrográfica do São Francisco. A grande dimensão territorial da bacia do rio São Francisco, motivou a sua divisão por regiões para fins de planejamento. A divisão se fez de acordo com o sentido do curso do rio e com a variação de altitudes. A bacia foi dividida em Alto, Médio, Sub Médio, e Baixo São Francisco.

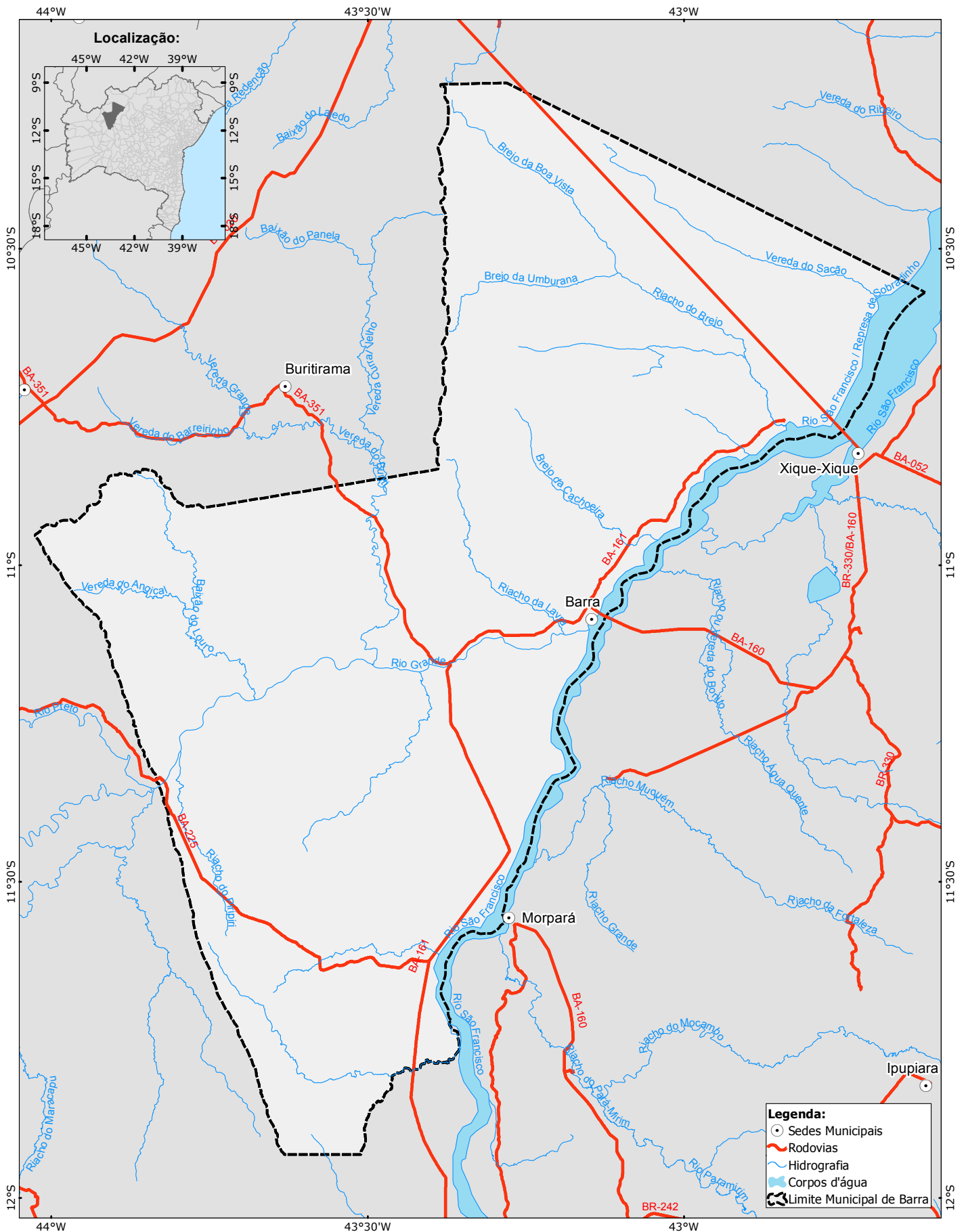
A sua parte inicial, vai das nascentes do São Francisco, na Serra da Canastra, a 1.280 metros de altitude, e ganhou a denominação de Alto São Francisco, estendendo-se até a cidade de Pirapora, no centro-norte de Minas Gerais. Escoando no sentido sul-norte, no trecho seguinte o rio atravessa todo o oeste da Bahia, até o ponto onde se formou o lago da Represa de Sobradinho, no município de Remanso. Nessa região, a bacia é denominada Médio São Francisco. É a maior das quatro divisões. O município de Barra situa-se no Médio São Francisco

Depois de Remanso, o rio inflexiona o seu curso para o leste, constituindo-se na divisa natural entre os estados da Bahia e de Pernambuco, até alcançar o limite com Alagoas. É o Sub Médio São Francisco.

Daí o rio segue na direção leste, formando a segunda divisa natural, dessa vez entre os estados de Alagoas e Sergipe. É o Baixo São Francisco, onde o rio São Francisco deságua no Oceano Atlântico.

Na Figura 2.1 podemos observar os limites do território municipal de Barra, bem como a rede de drenagem principal existente. Como podemos ver, Barra é delimitada a leste pelo eixo do Rio São Francisco, ficando inteiramente na sua margem esquerda. Os principais rios perenes que aparecem são os rios São Francisco e Grande, cuja confluência ocorre na área metropolitana de Barra. A partir deste ponto, o rio São Francisco segue tendo o município de Barra a sua margem esquerda até o final do seu limite municipal ao norte. Muito provavelmente, neste ponto já se faça sentir o efeito de remanso provocado pela Represa de Sobradinho, a qual está localizada a

jusante. As drenagens na área municipal de Barra, para o rio Grande (veredas do Buriti, Baixão do Louro, e os riachos da Lavra e Piripiri) e para o rio São Francisco (brejo da Cachoeira, riacho do Brejo e vereda do Sacão) se caracterizam por sua intermitência, função do regime de chuvas.



Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Barra-BA

Cliente: Contrata:

Título: **Localização do município de Barra**

Elaboração: **Raíza Schuster** Data: **04/05/2015**

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
DATUM: SIRGAS 2000

Folha: **A4**

Escala: **1:900.000**

Revisão: **01**

Figura 2.1 - Localização do município de Barra

Na esfera federal, a Região Hidrográfica do São Francisco, é gerenciada pelo CBHSF. O CBHSF é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

O Comitê é vinculado ao CNRH, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, e se reporta ao órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país, a ANA.

A função de agência de bacia do CBHSF é exercida pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas – AGB Peixe Vivo, que opera como braço executivo do Comitê desde 2010.

O Plano de Bacia do rio São Francisco foi elaborado com apoio e participação da ANA, para possibilitar ao CBHSF a tomada de decisões de sua responsabilidade legal, inclusive a aprovação do próprio Plano. Foi adotado um processo baseado pelo planejamento participativo, com a participação de representantes do Comitê e de diversos órgãos governamentais dos Estados que compõem a bacia.

O Plano contém proposta de um Pacto da Água, a ser materializado em um Convênio de Integração entre os Estados e a União, com a interveniência do CBHSF. O Convênio concentra-se na alocação de água, fiscalização integrada e cobrança pelo uso dos rios da Bacia, tanto para captar água quanto para diluir esgoto. A alocação de água deve resultar do cotejo entre a disponibilidade hídrica e o somatório dos consumos, para diferentes cenários de desenvolvimento da Bacia, propostos pelo Comitê. No Plano é apresentada uma proposta capaz de atender às necessidades da Bacia, demonstrando ser possível a concretização de projetos consumidores de água essenciais para propulsionar o desenvolvimento de toda a região, sem perda da sustentabilidade, aí considerados os usos múltiplos da água e a conservação dos ecossistemas.

O Plano trata também do enquadramento dos corpos hídricos e da cobrança pelo uso dos rios da Bacia. A ANA apresentou proposta de enquadramento dos rios principais

da bacia do São Francisco, baseado neste Plano. A proposta foi elaborada segundo a Resolução nº 12 do CNRH, de 19 de julho de 2000 (CNRH, 2000), que estabelece os procedimentos para o enquadramento dos cursos d'água em classes de qualidade, e conforme a revisão da Resolução nº 20 do CONAMA, de 18 de junho de 1986 (CONAMA, 1986), que passa a dividir em treze classes de qualidade, as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional. A Figura 2.2 apresenta a proposta de enquadramento resultante.

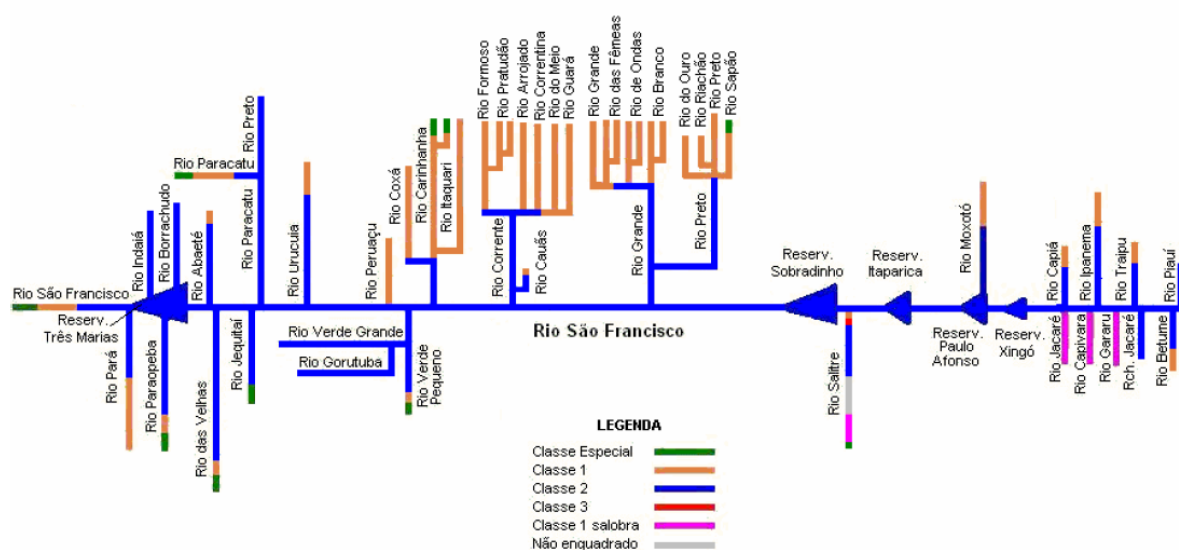


Figura 2.2 – Proposta de Enquadramento dos Corpos d'Água da Bacia do Rio São Francisco.

Verifica-se que nos trechos dos rios Grande e São Francisco, na área do município de Barra, o enquadramento proposto é o da classe 2.

No Plano foi feito o Diagnóstico do Saneamento Ambiental na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, a partir de dados secundários, relativos à população residente em domicílios particulares permanentes urbanos e ao acesso desses domicílios aos seguintes serviços de saneamento: (a) abastecimento de água; (b) coleta e tratamento de esgoto sanitário e (c) coleta e disposição final de resíduos sólidos. Essas informações foram produzidas basicamente a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Foram considerados somente os municípios cujas sedes municipais encontram-se dentro da área da Bacia, ou possuem alguma forma de dependência de seus recursos hídricos. A partir desse critério, foram analisados os 451 municípios com sede na Bacia mais cinco municípios cujas sedes estão fora desta, contudo 46

de seus sistemas de saneamento dependem da Bacia, que totalizavam, em 2000, uma população urbana de 9.513.567 habitantes. A população rural nesta região apresenta-se geograficamente dispersa, requerendo uma abordagem diferenciada, notadamente na região semiárida.

De forma geral, a situação dos serviços de saneamento na Bacia pode ser descrita a partir dos seguintes indicadores:

- 94,8% da população urbana é atendida por abastecimento de água;
- 62,0 % da população urbana é atendida por rede coletora (rede de esgoto sanitário e rede pluvial) e 3,9% por fossa séptica;
- 33 municípios possuem algum tipo de tratamento de esgotos, correspondendo somente ao tratamento de menos de 5% dos esgotos coletados;
- 88,6% da população urbana é atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos;
- 93% dos municípios possuem disposição final de resíduos sólidos inadequada.

O Quadro 2.1 apresenta a cobertura dos serviços de saneamento, por região fisiográfica, comparada com a situação brasileira. Verifica-se que o nível de agregação usado impede a obtenção de qualquer dado para este PMSB.

Quadro 2.1 – Cobertura dos serviços de saneamento por região fisiográfica.

Região Fisiográfica	Abastecimento de Água (%)	Coleta de Esgotos (%)	Coleta de Lixo (%)
Alto	97,6	77,7	92,6
Médio	94,9	35,5	82,3
Submédio	88,5	57,8	80,4
Baixo	82,4	23,4	87,7
Bacia	94,8	62,0	88,6
Brasil	89,1	53,8	91,1

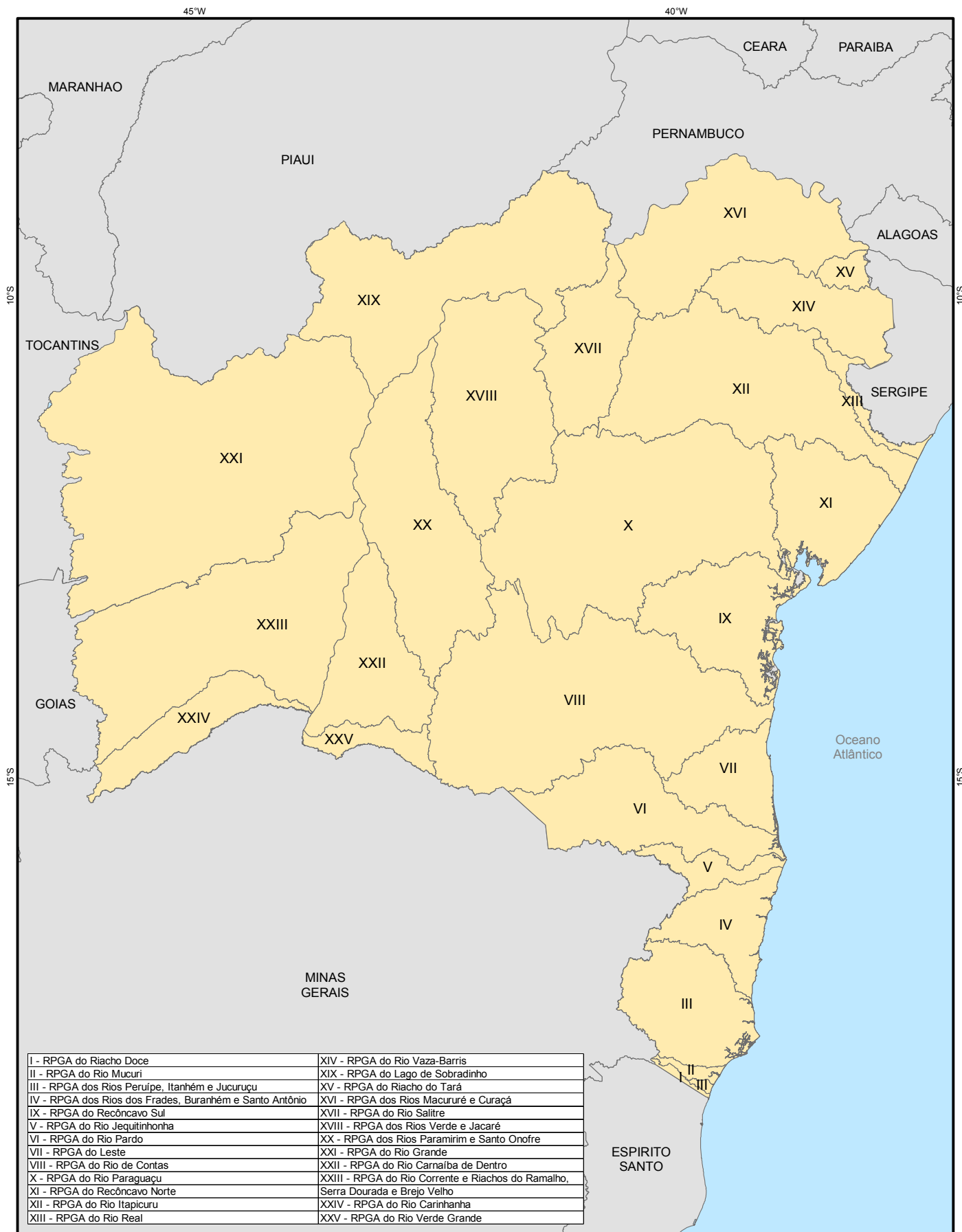
No próprio Plano está prevista a sua atualização. O CBHSF iniciou em março do ano de 2015, uma série de consultas públicas e oficinas setoriais previstas como parte do processo de atualização do plano de recursos hídricos do Rio São Francisco. Até maio, elas estarão sendo realizadas de forma simultânea nas quatro regiões fisiográficas da bacia (alto, médio, submédio e baixo São Francisco).

No que diz respeito ao Médio São Francisco, onde se insere o município de Barra, as consultas públicas acabaram de ocorrer no dia 17 de abril. Já a oficina setorial do Saneamento, ocorreu no dia 20 de março, em Montes Claros/MG.

No Estado da Bahia, o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) foi lançado em 22 de março de 2005, dentro das comemorações do Dia Mundial da Água, pelo Governo do Estado da Bahia. Devido à dinâmica das ações humanas no território, o PERH deve ser ajustado periodicamente, de acordo com novas demandas e alterações apresentadas pela sociedade. No ano de 2009 foi iniciada ampla revisão do PERH, levando-se em consideração as mudanças ambientais, legais, econômicas e sociais ocorridas ao longo dos últimos cinco anos.

Na instância estadual, o estado da Bahia está organizado em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA). Na Figura 2.3 a seguir, elas são apresentadas.

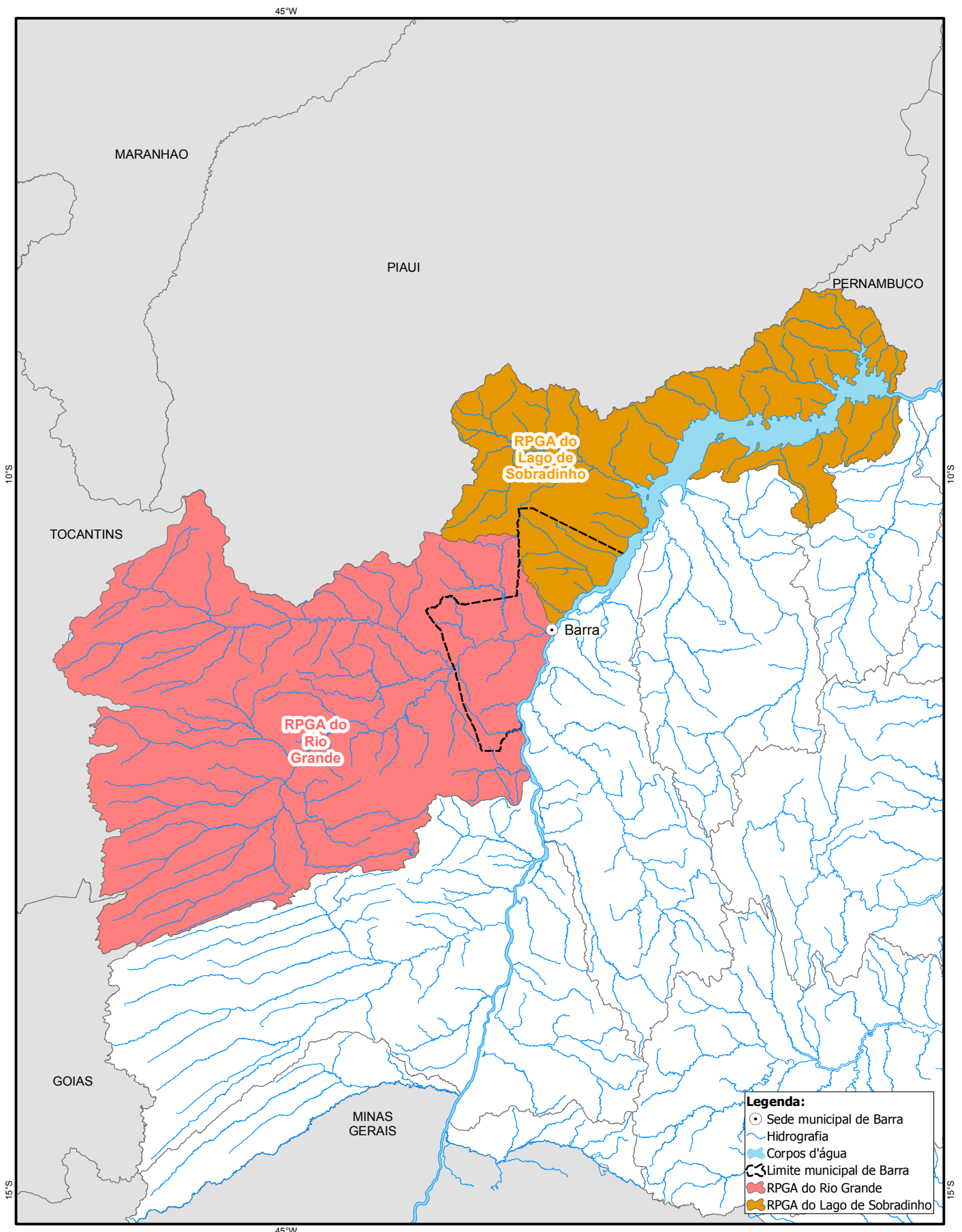
A área do município de Barra está dividida entre as RPGAs do Rio Grande (XXI) e do Lago Sobradinho (XIX). Cada uma destas RPGAs é gerenciada por seus respectivos comitês de bacia: CBH Grande e CBH Sobradinho. A Figura 2.4 apresenta as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas XXI Rio Grande e XIX Lago de Sobradinho, juntamente com a delimitação da área do município de Barra naquela região.



I - RPGA do Riacho Doce	XIV - RPGA do Rio Vaza-Barris
II - RPGA do Rio Mucuri	XIX - RPGA do Lago de Sobradinho
III - RPGA dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu	XV - RPGA do Riacho do Tará
IV - RPGA dos Rios dos Frades, Buranhém e Santo Antônio	XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaçá
IX - RPGA do Recôncavo Sul	XVII - RPGA do Rio Salitre
V - RPGA do Rio Jequitinhonha	XVIII - RPGA dos Rios Verde e Jacaré
VI - RPGA do Rio Pardo	XX - RPGA dos Rios Paramirim e Santo Onofre
VII - RPGA do Leste	XXI - RPGA do Rio Grande
VIII - RPGA do Rio de Contas	XXII - RPGA do Rio Carnaíba de Dentro
X - RPGA do Rio Paraguauçu	XXIII - RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
XI - RPGA do Recôncavo Norte	XXIV - RPGA do Rio Carinhanha
XII - RPGA do Rio Itapicuru	XXV - RPGA do Rio Verde Grande
XIII - RPGA do Rio Real	

Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Barra-BA		Título: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) do Estado da Bahia		Folha: A4	
Cliente:		Contratada:		SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM: SIRGAS 2000	
		Elaboração: Raíza Schuster		Data: 04/05/2015	
				Revisão: 01	

Figura 2.3 - Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) do Estado da Bahia








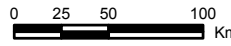
Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Barra-BA		Título: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas do Rio Grande e do Lago de Sobradinho e a delimitação do município de Barra		 SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM: SIRGAS 2000		Folha: A4			
Cliente: 		Contratada: 		Elaboração: Raíza Schuster		Data: 04/05/2015		Escala: 1:4.000.000	
						Revisão: 01			

Figura 2.4 - Regiões de Planejamento e Gestão das Águas do Rio Grande e do Lago de Sobradinho e a delimitação do município de Barra

A Secretaria de Recursos Hídricos da Bahia, realizou, mesmo sem a existência dos Comitês, os Planos de Bacia das RPGAs do estado. Em 1996, foram realizados os estudos pertinentes as áreas aqui abordadas. O estudo foi publicado sob o título de “Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Médio e Baixo Rio Grande e Tributários da Margem Esquerda do Lago do Sobradinho”. Neste estudo, foram desenvolvidos planos setoriais, entre eles o Plano Setorial de Saneamento Básico. Este trata das ações para o Setor de Saneamento. No sentido de promover o aproveitamento racional dos recursos hídricos, objetivando prover saneamento básico às populações dos meios urbanos e rurais das bacias hidrográficas do baixo e médio rio Grande e tributários da margem esquerda do Lago do Sobradinho. Neste estudo existem alguns dados específicos para o município de Barra, além de alguns programas de ações também voltadas para Barra.

Atualmente, os dois comitês (Grande e Sobradinho) estão em diferentes níveis de implantação da Política de Recursos Hídricos Estadual. Ambos foram criados ao mesmo tempo, especificamente pelos Decretos Estaduais nº 11.246 (BAHIA, 2008a) e 11.247 (BAHIA, 2008b), em 17 de outubro de 2008. No entanto, enquanto o CBH Sobradinho, nada fez a respeito de Plano de Bacia, o CBH Grande, aprovou Deliberação 07/2013, aprovando o Plano de Trabalho para elaboração do Plano de Recursos Hídricos e Conservação da Biodiversidade e da Proposta de Enquadramento dos Corpos d’Água da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. Atualmente, o seu Plano de Bacia está em pleno desenvolvimento, pelo Consórcio Oikos e Cobrape.

É de entendimento da CONTRATADA, que os Planos de Bacia, no que tange ao saneamento ambiental, devem ser baseados em dados mais desagregados, os quais podem ser obtidos a partir da reunião dos PMSB referentes a bacia em questão. Por outro lado, estes Planos de Bacia podem fornecer aos PMSB, o diagnóstico e prognóstico relativamente a qualidade dos recursos hídricos da bacia.

3 JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Inicialmente é preciso identificar os agentes envolvidos na elaboração do PMSB de Barra – BA, assim como, definir os membros do Comitê Executivo e Comitê de Coordenação. Após a consolidação e definição dos comitês e da unidade de planejamento e suas características inicia-se a aquisição de informações básicas.

A aplicação e a efetivação do Plano de Mobilização Social são fundamentais para a garantia da participação da comunidade, assim como, a implantação do Plano de Comunicação Social.

A partir da análise dos dados e da aquisição das informações básicas desenvolvem-se os diagnósticos setoriais os quais constituem o Produto 2. Os demais produtos listados a seguir são parte do escopo dos trabalhos a serem executados:

- **PRODUTO 1:** PLANO DE TRABALHO, PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANO DE COMUNICAÇÃO DO PMSB PARA O MUNICÍPIO
- **PRODUTO 2:** DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
- **PRODUTO 3:** PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
- **PRODUTO 4:** PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES
- **PRODUTO 5:** AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS
- **PRODUTO 6:** TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
- **PRODUTO 7:** MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO PMSB PARA O MUNICÍPIO
- **PRODUTO 8:** RELATÓRIO FINAL DO PMSB – DOCUMENTO SÍNTESE

Visitas técnicas e reuniões são atividades necessárias para angariar saberes e

conhecer a realidade do município. Principalmente uma visita técnica ao SAAE e instalações que constituem o Sistema de Abastecimento de Água (SAA), o Sistema de Esgotamento Sanitário, Sistemas Alternativos Coletivos (SAC), equipamentos e instalações usadas nas etapas do gerenciamento dos resíduos sólidos e secretarias afins.

Em todas as etapas de elaboração do PMSB, a participação e as informações a serem prestadas pelos integrantes do Comitê Executivo e Comitê de Coordenação serão básicas para garantir a qualidade dos produtos contratados. Caso não haja participação efetiva dos atores do município, mesmo após as ações de mobilização, serão buscados dados de fontes secundárias para elaboração do trabalho, sendo estes usualmente de menor atualidade ou qualidade.

A seguir se resumem os serviços a serem executados.

- Identificação dos agentes envolvidos;
- Definição do comitê executivo e de coordenação;
- Definição da unidade de planejamento;
- Aquisição de informações básicas:
 - Coleta de dados: geologia, climatologia, hidrologia, topografia, vegetação, demografia, atividade econômica, infraestrutura, indicadores (idh, snis, ana), saúde, educação, organograma, legislação municipal e estadual, habitação, etc.
 - Levantamento de áreas de risco (semiárido) e pontos de alagamento
 - Caracterização dos resíduos sólidos
 - Levantamento de problemas e sugestões para fazer frente a estes
 - Programas e planos afins (desenvolvimento urbano, PBH, programas governamentais como: programa serviços urbanos de água e esgoto, do ministério das cidades; programa de infraestrutura hídrica (pró-água), do ministério da integração nacional; programa desenvolvimento integrado e sustentável do semiárido – conviver; saneamento rural, do ministério

da saúde; e o programa acesso à alimentação, do ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS); programa um milhão de cisternas (p1mc), do MDS; programa água para todos do governo da Bahia)

- Plano de mobilização social
- Plano de comunicação social
- Análise dos dados
- Diagnósticos setoriais (produto 2)
 - Abastecimento de água
 - Esgotamento sanitário
 - Drenagem urbana
 - Resíduos sólidos – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
 - Institucional e governança
 - Definição dos programas de monitoramento da qualidade de água
- Prognóstico e alternativas para a universalização dos serviços (produto 3)
 - Construção de cenários
 - Hierarquização das demandas
- Definição das metas e planejamento dos programas, projetos e das ações (produto 4)
- Ações para emergências e contingências (produto 5)
- Termo de referência para elaboração do sistema de informações municipal de saneamento básico (produto 6)
 - Minuta de projeto de lei que institucionaliza a política e o PMSB
- Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática do PMSB para o município (produto 7)
- Relatório final do PMSB – documento síntese (produto 8)

- Visitas técnicas, reuniões,
- Visita ao SAAE barra e as instalações SAA, SES, SACS.

4 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A metodologia a ser adotada para o desenvolvimento dos trabalhos constitui-se em um processo de planejamento participativo de projetos orientados por objetivos (adaptação da metodologia “ZOPP”), o qual exige intensa participação dos interlocutores governamentais, entidades representativas e a população. Quanto aos níveis de participação apresentados na Figura 4.1, serão adotados os níveis de maior participação crescentes do nível 2 para o nível 6. Quanto maior o nível maior tende a ser a participação.



Figura 4.1 - Níveis de participação na elaboração de PMSB.

Os trabalhos pretendem envolver atores que tenham voluntariedade em participar de um processo de planejamento estratégico, assim como, representantes e interlocutores no âmbito da AGB Peixe Vivo, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco e do âmbito municipal. Os membros do Comitê Executivo e de Coordenação deverão ter presença ativa no desenvolvimento dos trabalhos.

Para a etapa de levantamento de dados e aquisição de informações básicas será necessária uma interação e participação forte dos interlocutores do município, servidores municipais, servidores do SAAE. Reuniões e encontros, e contatos serão realizados na medida da necessidade e na progressão do cronograma de atividades. Estas terão caráter presencial e a distância, por telefone ou por meio da rede de computadores.

A CONTRATADA pretende constituir um escritório com o intuito de disponibilizar

informações por meio de uma ouvidoria ou folheteria.

Considerando a importância da elaboração do PMSB do município de Barra/BA, pretende-se realizar uma oficina de educação ambiental com multiplicadores, por exemplo, professores da comunidade escolar e agentes de saúde. Para tal será usada a cartilha “O Município que Queremos” cuja página inicial encontra-se na Figura 4.2.

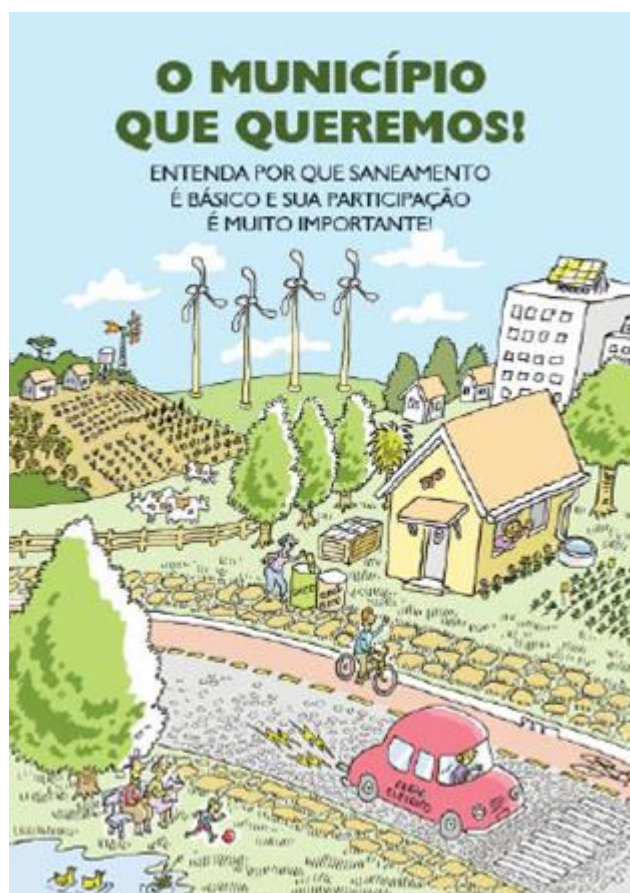


Figura 4.2 – Capa da cartilha “O Município que queremos!”

5 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CONTENDO DATAS PROVÁVEIS PARA REUNIÕES

A participação de órgãos colegiados no controle social, segundo a Lei nº 11.445/07 em seu Capítulo VII, tem como objetivo estimular, de forma organizada, a mobilização e a participação da sociedade na formulação de uma política pública de saneamento, exercer ação fiscalizadora quanto à qualidade dos serviços e à aplicação dos recursos financeiros e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos.

O controle social é um dos princípios da Lei nº 11.445/07. A Lei estabelece a participação da sociedade nos processos de formulação de política, de planejamento e de avaliações relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (art. 3º, inciso IV); em audiências e consultas públicas sobre minuta de contrato para prestação de serviços públicos de saneamento básico (art. 11, inciso IV); em audiência e/ou consultas públicas para apreciação de propostas de plano de saneamento básico, inclusive dos estudos que os fundamentem (art. 19, inciso V, §5º); por meio de mecanismos normatizados pela entidade de regulação municipal da prestação dos serviços (art. 23, inciso X); por meio do acesso a informações sobre a regulação ou à fiscalização dos serviços prestados (art. 26); e no acesso a informações sobre direitos e deveres dos usuários (art. 27), nos processos de revisão tarifária (art. 38, inciso II, §1º) e em órgãos de controle social (MELO, 2009).

Visando aferir sensibilidade e oportunizar a manifestação dos diferentes públicos participantes do processo de elaboração do PMSB, deverão ser abertos canais de diálogo, através dos debates, seminários e audiências públicas realizadas, as consultas públicas (levantamentos e questionários), dentre outros. Os municípios não podem mais ficar indiferentes à atividade de saneamento, ou simplesmente aderir aos contratos que lhes forem oferecidos, mas sim, participar, gerenciar e compartilhar na gestão destes serviços, pois afinal, é responsabilidade do titular organizá-los.

O Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010 igualmente refere o controle social e a participação na elaboração dos PMSB, como resumidamente transcrito a seguir:

...CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

...Art. 2º,

...VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico; ...

...CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Gerais

...Art. 3º,

...IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social; ...

...TÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE...

...Art. 23. O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação

das associações representativas e da ampla participação da população e de associações representativas de vários segmentos da sociedade, como previsto no art. 2o, inciso II, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; ...

...VI - estabelecer mecanismos de participação e controle social;

VII -...

...§ 3º Ao Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de seus órgãos de direção e de controle social, compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, por intermédio dos planos de saneamento básico. ...

...CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO...

...Art. 24....

...V – ...

...§ 3º O plano de saneamento básico, ou o eventual plano específico, poderá ser elaborado mediante apoio técnico ou financeiro prestado por outros entes da Federação, pelo prestador dos serviços ou por instituições universitárias ou de pesquisa científica, garantida a participação das comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil. ...

...CAPÍTULO IV

DO CONTROLE SOCIAL ...

...Art. 34. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas;

III - conferências das cidades; ou

IV - participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação”.

Da legislação aplicada, depreende-se que a participação e o controle social são instrumentos para a efetivação dos propósitos e princípios da Política Nacional de Saneamento Básico. Assim, por exemplo, o controle social a ser realizado por órgão colegiado deverá ser instituído por meio de legislação específica, nos termos do inciso IV, do caput, do Decreto nº 7.127, caso o município queira acessar recursos financeiros da União.

Pretende-se a partir do Comitê Executivo e Comitê de Coordenação instituir um Conselho Gestor de Saneamento Ambiental para o controle social, atendendo o disposto no Artigo 1º, do Decreto Federal nº 8.211, de 21 de março de 2014 (BRASIL, 2014), que altera o Artigo 34ª, parágrafo 6º do Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010.

Como não se pode obrigar a um cidadão ou entidade a participar, ao poder público municipal caberá incentivar a cooperação e uma atitude voluntária, abrir canais para oportunizar a participação e aceitar a crítica como parte fundamental de um diagnóstico, visando a priorização de ações.

A participação social é mecanismo indispensável para a eficácia da gestão pública e de suas políticas. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. A participação no processo de elaboração do Plano deve ocorrer a partir da mobilização social e incluir divulgação de estudos, propostas e o debate em torno de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo.

A escolha das datas para a realização das reuniões previstas será decidida conjuntamente pelos interlocutores municipais e a empresa contratada.

Pretende-se realiza-las a partir do dia 16 do mês de abril. A mobilização social deverá se desenvolver predominantemente nos meses de maio e junho de 2015. As datas deverão ser definidas em conjunto com as autoridades municipais. A apresentação do pré-diagnóstico deverá acontecer ao final do mês de julho de 2015. A definição dos programas, projetos e ações a serem propostos para efetivar o PMSB deverá ocorrer por meio de reunião pública a ser agendada no mês de setembro de 2015. A audiência final de aprovação do PMSB está prevista para o mês de dezembro de 2015.

6 DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DE TODOS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO

A Figura 6.1 apresenta um esquema que identifica os principais agentes envolvidos no processo de elaboração do PMSB. As decisões da Diretoria Executiva da AGB Peixe terão caráter deliberativo. O Comitê Executivo será responsável pela operacionalização desenvolvimento do PMSB e o Comitê de Coordenação terá caráter consultivo e deliberativo. A equipe da empresa contratada terá múltiplas tarefas e se responsabilizará em elaborar os produtos especificados no Termo de Referência. A população poderá se manifestar dentre outras formas, por meio dos serviços de ouvidoria a implantar.

A partir do organograma da administração municipal serão identificados atores nas secretarias que desempenham serviços afins a área do saneamento básico, cuja participação dos secretários municipais no levantamento dos dados tem grande relevância.

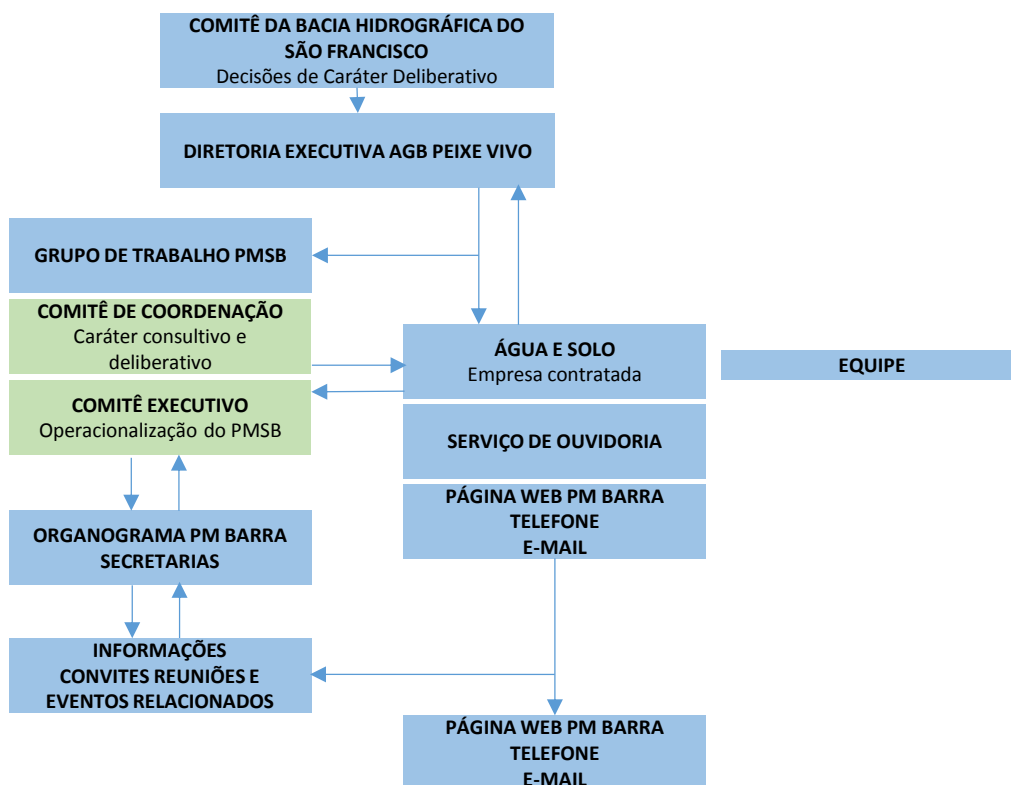


Figura 6.1 – Esquema para identificação dos agentes envolvidos na elaboração do PMSB

7 FLUXOGRAMAS CONTENDO FATORES DIFICULTADORES E FACILITADORES, NAS RESPECTIVAS ETAPAS DOS TRABALHOS

A Figura 7.1 apresenta o caminhamento da proposta dos trabalhos, a partir da primeira reunião com membros da AGB Peixe Vivo, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dos membros do Comitê Executivo e de Coordenação. Abaixo estão relacionadas algumas possíveis dificuldades e fatores facilitadores na elaboração dos trabalhos.

Dificuldades:

Acesso às informações, base do Sistema de Informações Geográficas, Interlocutores que tenham conhecimento necessário das respectivas áreas do abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem pluvial e aspectos e características institucionais, sensibilizar os atores para a participação.

Facilidades:

Determinação em fazer o PMSB, vontade e prioridade política e administrativa, autonomia municipal, coordenação da Agência AGB Peixe Vivo, apoio do CBHSF.

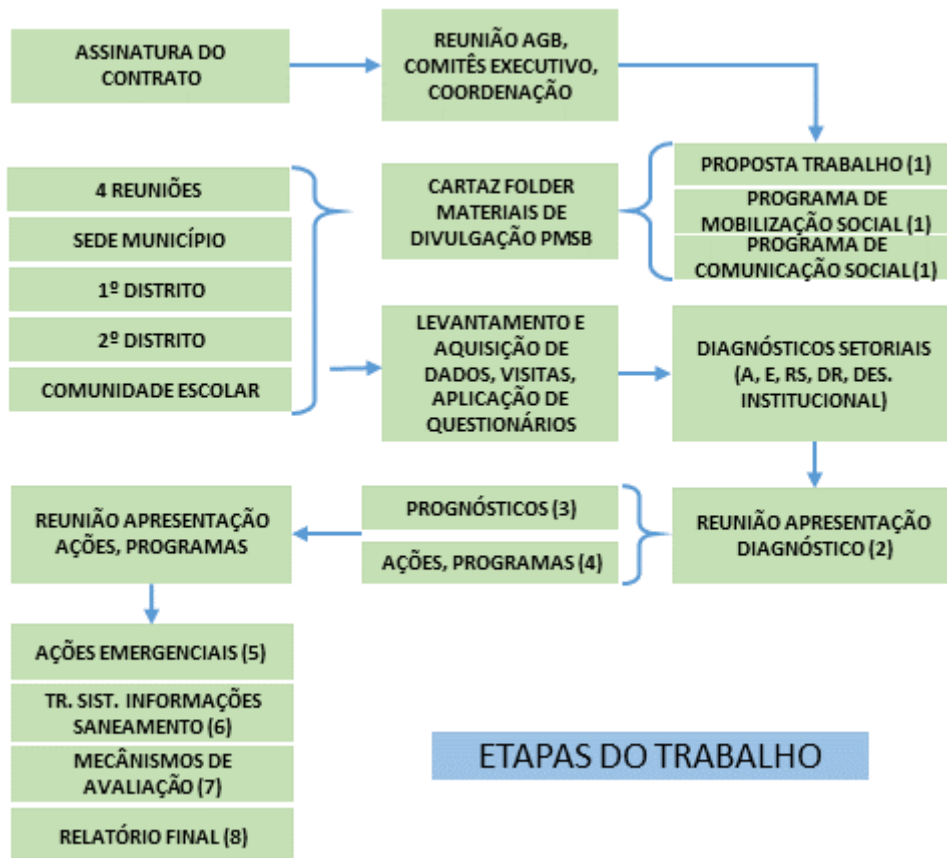


Figura 7.1 – Fluxograma do caminhamento dos trabalhos de elaboração do PMSB.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O Quadro 8.1 apresentado a seguir apresenta um cronograma para a execução das atividades e seu mês correspondente.

Quadro 8.1 – Cronograma de execução das atividades previstas no desenvolvimento do PMSB do município de Barra/BA.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	MESES									
	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Produto 1 - Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social, Plano de Comunicação Social										
Mobilização Social										
Reunião PT1 – Apresentação do escopo dos trabalhos										
Reunião MS1 – Sede										
Reunião MS2 – Zona Rural										
Reunião MS3 – Agentes de Saúde										
Reunião MS4 – Professores										
Produto 2 - Diagnóstico do Saneamento Básico										
Levantamentos e aquisição de dados, visitas técnicas e reuniões setorizadas										
Reunião D1 - Apresentação do Diagnóstico										
Produto 3 – Prognósticos e Alternativas para a Universalização do Saneamento Básico										
Produto 4 – Programas, Projetos e Ações										
Reunião PPA1 – Apresentação e priorização dos programas, projetos e ações										
Produto 5 – Ações para emergências e Contingências										
Produto 6 – Termo de referência para sistema de informações municipal										
Produto 7 – Mecanismos para avaliação sistemática do PMSB										
Audiência Pública de Aprovação do PMSB										
Produto 8 – Relatório Final										

As datas propostas para entrega dos produtos são as seguintes:

- Produto P1: 26/04/2015
- Produto P2: 26/07/2015
- Produto P3: 26/08/2015
- Produto P4: 26/09/2015

- Produto P5: 26/10/2015
- Produto P6: 15/11/2015
- Produto P7: 01/12/2015
- Produto P8 15/12/2015

9 FONTES DE INFORMAÇÕES

As principais fontes de informação devem ser as bases de dados disponíveis no município e as existentes nos prestadores de serviço. Como fontes auxiliares, inclusive em se tratando de informações de outras políticas de interesse do saneamento básico, entre outros, podem ser pesquisados os seguintes bancos de dados:

- Da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2000 e 2008 e do Censo Demográfico (www.ibge.gov.br);
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) – Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário (PEMAPES);
- Do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS) (www.snis.gov.br);
- Do Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (www.datasus.gov.br) com as seguintes base de dados: “Demográficas e Socioeconômicas” disponível em “Informações de Saúde”; Atenção Básica à Saúde da Família, em “Assistência à Saúde”; “Morbidade Hospitalar” em “Epidemiológicas e Morbidade”; entre outros;
- Do Cadastro Único dos Programas Sociais do MDS (www.mds.gov.br);
- Do Projeto Projeção da Demanda Demográfica Habitacional, o Déficit Habitacional e Assentamentos Precários (www.cidades.gov.br);
- Do Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas. Assim como o Atlas da Região Sul e o Atlas das Regiões Metropolitanas em processo de conclusão (www.ana.gov.br);
- O Sistema de Avaliação da Qualidade da Água, Saúde e Saneamento do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fiocruz (<http://www.aquabrasil.iciet.fiocruz.br>);
- De diagnósticos e estudos realizados por órgãos ou instituições regionais,

estaduais ou por programas específicos em áreas afins ao saneamento;

- Do Sistema de Informações das Cidades (www2.cidades.gov.br/geosnic), e
- Informações colhidas diretamente junto aos órgãos responsáveis pela prestação dos serviços de saneamento básico.

Pretende-se realizar ampla pesquisa de dados secundários disponíveis em instituições governamentais, principalmente no âmbito municipal, e instituições não governamentais, assim como, dados primários obtidos diretamente junto às instâncias municipais. Como área de abrangência do trabalho de coleta de dados e informações pode-se citar:

- A legislação local no campo do saneamento básico, saúde e meio ambiente;
- A estrutura e a capacidade institucional existente para a gestão dos serviços de saneamento básico (planejamento, prestação dos serviços, fiscalização, regulação e controle social);
- Estudos, planos e projetos de saneamento básico existentes e sua avaliação quanto à necessidade de sua atualização;
- A situação dos sistemas de saneamento básico do município, nos seus quatro eixos, tanto em termos de cobertura como de qualidade da prestação dos serviços;
- As tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade local;
- A situação socioeconômica e a capacidade de pagamento dos usuários.

10 METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE DADOS

A metodologia de levantamento de dados deverá estar orientada para atender ao disposto no Termo de Referência em seus itens 8.4.1 a 8.4.5. A seguir destacamos alguns dos itens a serem levantados por ocasião da elaboração do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico no município de Barra – BA, a título de ilustração.

10.1 Caracterização Geral Do Município

Entre os aspectos a serem considerados na caracterização local estão informações que descrevam as situações físico territorial, socioeconômica e cultural do município. Como elementos essenciais, pode-se destacar, dentre outros:

- Demografia urbana e rural por renda, gênero, faixa etária, densidade e acesso ao saneamento e projeções de crescimento no horizonte de tempo do PMSB;
- Caracterização geral nos seguintes aspectos: geomorfologia, climatologia, hidrografia, hidrogeologia e topografia do território;
- Caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico, precariedade habitacional, situação socioeconômica, renda e indicadores de acesso à educação;
- Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte, saúde e habitação);
- Indicação das áreas de proteção ambiental e identificação de áreas de fragilidade sujeitas à inundação ou deslizamento;
- Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territorial e ambientais disponíveis sobre o município e a região;

Como elemento complementar citamos:

- As vocações econômicas do município: contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor.

10.2 Situação Institucional

Para a avaliação da situação institucional citamos como elementos essenciais:

- Levantamento e análise da legislação aplicável localmente que define as políticas federal, estadual, municipal e regional sobre o saneamento básico, o desenvolvimento urbano, a saúde e o meio ambiente (leis, decretos, códigos, políticas, resoluções e outros);
- Normas de Fiscalização e Regulação, ente responsável e meios e procedimentos para sua atuação;
- Identificação e análise da estrutura e capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro (4) componentes. Incluir a avaliação dos canais de integração e articulação intersetorial e da sua inter-relação com outros segmentos (desenvolvimento urbano, habitação, saúde, meio ambiente e educação);
- Identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos e do meio ambiente;

Identificação e descrição da organização social, grupos sociais, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, percepção em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente.

Dentre os elementos complementares destacam-se:

- Identificação das redes, órgãos e estruturas de educação formal e não formal e avaliação da capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com os programas de saneamento básico;
- Identificação junto aos municípios vizinhos das possíveis áreas ou atividades onde pode haver cooperação, complementaridade ou

compartilhamento de processos, equipamentos e infraestrutura, relativos à gestão do saneamento básico, para cada um dos serviços ou atividade específica;

- Existência e análise de programas de educação ambiental e de assistência social em saneamento; e
- Identificação e avaliação do sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o PMSB.

10.3 Situação Econômico-Financeira dos Serviços e do Município

Para a análise e a avaliação da situação econômico-financeira dos serviços e do município, citamos como elementos essenciais:

- Levantamento e avaliação da capacidade econômico-financeira do Município frente às necessidades de investimento e sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico; e
- Análise geral da sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de saneamento básico, envolvendo a política e sistema de cobrança, dotações do orçamento geral do município, fontes de subvenção, financiamentos e outras;
- A avaliação econômico-financeira deve considerar a capacidade de endividamento e a disponibilidade de linhas de financiamento que contemplem o município e seus projetos e ações; e
- A análise econômica deverá identificar também a necessidade de destinação de recursos orçamentários, do prestador e/ou do município, para viabilizar a adequada prestação e manutenção dos serviços, conforme o Plano.

10.4 Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável

Para os Serviços de Abastecimento de Água Potável, o diagnóstico deverá contemplar, para as áreas rurais e urbanas, as seguintes informações que representam os elementos essenciais:

- Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas a falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo *per capita* de água; qualidade da água tratada e distribuída à população;
- Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: consumo, receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- Análise crítica do plano diretor de abastecimento de água, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência frente às demandas futuras;
- Visão geral dos sistemas [infraestrutura, tecnologia e operação] de abastecimento de água: captação, adução, tratamento, reservação, estações de bombeamento, rede de distribuição e ligações prediais. Avaliação da capacidade de atendimento frente à demanda e ao estado das estruturas.

Recomenda-se o uso de textos, mapas, esquemas, fluxogramas, fotografias e planilhas;

- Avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população pelos sistemas existentes versus o consumo e a demanda atual e futura, preferencialmente, por áreas ou setores da sede e localidades do município;
- Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais de abastecimento de água quanto aos aspectos de proteção da bacia de contribuição (tipos de uso do solo, fontes de poluição, estado da cobertura vegetal, qualidade da água, ocupações por assentamentos humanos, etc.);

- Avaliação dos sistemas de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços;

Também serão importantes a avaliação do seguinte elemento complementar:

- Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e outros usos nas áreas urbanas (industrial, comercial, pública, etc.).

10.5 Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário

O diagnóstico do esgotamento sanitário deverá abranger as áreas urbanas e rurais, a identificação dos núcleos carentes ou excluídos de esgotamento sanitário e a caracterização dos aspectos socioeconômicos relacionados ao acesso aos serviços.

Deverão ser contemplados os seguintes conteúdos, que traduzem os elementos essenciais:

- Caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público de esgotamento sanitário, contemplando também o tratamento;
- Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- Análise crítica do plano diretor de esgotamento sanitário, caso exista, quanto à implantação, atualidade e pertinências frente as demandas futuras;
- Visão geral dos sistemas [infraestruturas, tecnologia e operação] de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda e

ao estado das estruturas implantadas, a partir do uso de textos, mapas, esquemas, fluxogramas, fotografias e planilhas, com a apresentação da visão geral dos sistemas. Para os sistemas coletivos a avaliação deve envolver as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final;

- Avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis, sistema público e soluções individuais e/ou coletivas, contemplando o tratamento;
- Análise dos processos e resultados do sistema de monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando existente tal sistema;
- Dados da avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes;

Como elementos complementares citam-se:

- Indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município quando mapeadas e avaliadas; e
- Identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, fossa negra, infiltração no solo, lançamento direto em corpos d'água, etc.), individuais ou coletivas, utilizadas pela população e outros usuários nas áreas urbanas e rurais (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, etc.).

10.6 Situação dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos dos Serviços de Saúde

Tal componente do Diagnóstico deverá contemplar os seguintes elementos essenciais:

- Análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores

técnicos, operacionais e financeiros (a partir de indicadores do SNIS);

- Análise crítica do plano diretor de resíduos sólidos, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência, frente às demandas futuras;
- Descrição e análise da situação dos sistemas (infraestruturas, tecnologia e operação) de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município. Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- Identificação de lacunas no atendimento à população pelo sistema público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para as condições atuais e futuras, quanto à população atendida (urbana e rural), tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços;
- Identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida.
- Análise dos serviços de varrição e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, praias, etc.). Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- Informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade. Incluir projeções de produção de resíduos para curto e médio prazo;
- Identificação das formas da coleta seletiva (cooperativas, associações e 'carrinheiros' ou 'catadores'), quando existirem, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira;
- Inventário/análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões, identificando seu potencial de organização;
- Identificação e informação sobre áreas de risco de

poluição/contaminação, e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de lixo urbano;

Complementarmente destacam-se os seguintes elementos complementares, a serem levantados:

- Análise da situação socioambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos. No caso da existência de catadores nos sítios, identificar a possibilidade de incorporá-los a projetos de reciclagem via cooperativas;
- Avaliação das soluções adotadas para a destinação dos resíduos de serviços de saúde no município e dos resíduos de construção e demolição;
- Definir ou avaliar (se existentes) critérios para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, a ser elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos, conforme a Resolução CONAMA 283/2001; e
- Identificação das condições da gestão dos resíduos da construção civil, contemplando: (a) Definição e implementação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e do Programa Municipal e dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil; e (b) Situação do gerenciamento dos resíduos da construção civil e implementação de soluções para a Reutilização; Reciclagem; Beneficiamento; e Aterro de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307/2002).

10.7 Situação dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana

Quanto ao manejo das águas pluviais o Diagnóstico deve estar em harmonia com os Planos Diretores Municipais e os Planos de Recursos Hídricos e de Bacias Hidrográficas. Deve considerar os índices, parâmetros e normas em vigor e incluir como elementos essenciais:

- Análise crítica do plano diretor de drenagem urbana e/ou recursos hídricos, caso exista, quanto à implantação, atualidade e demandas futuras;
- Identificação da infraestrutura atual e análise crítica dos sistemas de manejo e drenagem das águas pluviais e das técnicas e tecnologias adotadas quanto à sua atualidade e pertinência em face dos novos pressupostos quanto ao manejo das águas pluviais;
- Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais, com análise do sistema de drenagem existente quanto à sua cobertura, capacidade de transporte, manutenção e estado das estruturas;
- Identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos;
- Verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário;
- Estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos (hidrografia, pluviometria, topografia e outros) para as bacias e micro-bacias em especial das áreas urbanas;
- Caracterização e indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos, em especial para as áreas urbanas e, quando possível, destacando: hidrografia, pluviometria, topografia, características do solo, uso atual das terras, índices de impermeabilização e cobertura vegetal;
- Elaboração de cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;
- Análise de indicadores epidemiológicos de agravos à saúde cuja incidência pode ser determinada por deficiência nos sistemas de manejo

de águas pluviais;

- Análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e escorregamentos.

10.8 Diagnóstico dos Setores que têm Relação com o Saneamento Básico

10.8.1 Situação do desenvolvimento urbano e habitação

Consultar: Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios (publicação). Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Identificar e analisar, quando existentes, dados e informações subsidiárias e os objetivos e ações estruturantes do Plano Diretor com reflexo nas demandas e necessidades relativas ao saneamento básico, em particular nos seguintes aspectos:

- Parâmetros de uso e ocupação do solo;
- Definição do perímetro urbano da sede e dos distritos do Município;
- Definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
- Identificação da ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente – APP Urbanas;
- Definições de zoneamento como: áreas de aplicação dos instrumentos de parcelamento e edificação compulsórios e áreas para investimento em habitação de interesse social e por meio do mercado imobiliário; e
- Identificação da situação fundiária e eixos de desenvolvimento da cidade, bem como de projetos de parcelamento e/ou urbanização.

No campo da habitação, identificar e analisar, quanto ao reflexo nas demandas e necessidades em termos do saneamento básico, as seguintes informações do

Plano Local de Habitação de Interesse Social, desde que já levantadas e formuladas:

- Organização institucional e objetivos do Plano e seus programas e ações;
- Quadro da oferta habitacional: identificação da oferta de moradias e solo urbanizado, principalmente quanto à disponibilidade de serviços de saneamento básico; a disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- Necessidades habitacionais: caracterização da demanda por habitação e investimentos habitacionais, considerando as características sociais locais, o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, a caracterização de assentamentos precários (favelas e afins) e outras;
- Análise das projeções do déficit habitacional: identificar e analisar impactos para as demandas de saneamento básico.

10.8.2 Situação Ambiental e de Recursos Hídricos

O Diagnóstico deve, quando disponíveis, incluir informações e análise dos dados ambientais e de recursos hídricos e suas interações com os aspectos socioeconômicos, a partir de informações existentes ou dos Planos de Bacia Hidrográfica, quando formulados. Recomenda-se incluir:

- A caracterização geral das bacias hidrográficas onde o município está inserido, incluindo as delimitações territoriais, os aspectos relativos aos meios físico e natural, ao subsolo e ao clima, destacando a topografia, os tipos e usos do solo, os corpos d'água e o regime hidrológico; a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; a cobertura vegetal; a situação de preservação e proteção dos mananciais superficiais e águas subterrâneas, áreas de recarga e de afloramento de aquíferos;
- A caracterização geral dos ecossistemas naturais, por bacia hidrográfica, destacando, caso existam, indicadores da qualidade ambiental e as áreas de preservação permanente;

- A situação e perspectivas dos usos e da oferta de água em bacias hidrográficas de utilização potencial para suprimento humano, considerando as demandas presentes e futuras e o lançamento de resíduos líquidos e sólidos de sistemas de saneamento básico, do ponto de vista quantitativo e qualitativo;
- A identificação de condições de degradação por lançamento de resíduos líquidos e sólidos e a verificação de situações de escassez presente e futura;
- A identificação das condições de gestão dos recursos hídricos nos aspectos de interesse do saneamento básico quanto ao domínio das águas superficiais e subterrâneas (União ou Estado); à situação da gestão dos recursos hídricos nas bacias do município; à atuação de comitês e agências de bacia; ao enquadramento dos corpos d'água; a requisição da outorga e cobrança pelo uso; aos instrumentos de proteção de mananciais; à situação do plano de bacia hidrográfica e seus programas e ações para cada município; e à disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em saneamento básico;
- A identificação de relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais, incluindo o uso da água.

10.8.3 Situação da saúde

O diagnóstico da situação de saúde da população deverá abordar a perspectiva do saneamento básico como promoção e prevenção de enfermidades. Para tanto deverão ser levantadas as seguintes informações:

- Morbidade de doenças relacionadas a falta de saneamento básico, mais especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias;
- Estado nutricional de crianças menores de quatro anos;
- Existência e análise do Programa Saúde da Família;
- Existência e análise de programa de educação ambiental;

- Existência e análise de programa de assistência social.

10.9 RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PARTIDA E VISITA TÉCNICA REALIZADA EM BARRA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2015

Na quinta-feira, dia 16 de abril de 2015, foi realizada a primeira reunião com as partes envolvidas no desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento (PMSB) de Barra. Estiveram presentes o Prefeito de Barra, Artur Silva, juntamente com o Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Edilson Batista de Oliveira, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, Joaquim José Pinto Silva Dantas, o Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Anco Márcio de Figueiredo Souza e o Secretário da Defesa Civil, Paulo Murilo, e representantes da Agência Peixe Vivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Patrícia Sena Coelho, e da empresa Água & Solo Liesbet Olaerts e Raíza Cristóvão Schuster e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) Helder S. Lopes Boy.

Durante reunião foi abordado questões acerca da importância da elaboração dos PMSB e das legislações aplicadas a área e esclarecido que o PMSB de Barra está sendo financiado pela CBHSF e será realizado pela empresa Água e Solo. Foi ressaltada a importância da cooperação da Prefeitura e da população durante todas as etapas de elaboração do PMSB a fim de que o Plano pudesse de fato apresentar soluções de acordo com as carências e demandas do município. Ademais, foram apresentadas as etapas de elaboração do PMSB, a metodologia de trabalho e o cronograma de execução das atividades. Expôs-se ainda a necessidade da criação de um grupo de trabalho pelo município composto por um comitê de coordenação e um comitê de execução, ficando o Secretário Joaquim Dantas responsável por sua criação. De forma geral, todos contribuíram para o bom desenvolvimento da reunião e o Prefeito, juntamente com os Secretários presentes, afirma que o município de Barra será amplamente beneficiado pelo Plano Municipal de Saneamento Básico e coloca a Prefeitura à disposição para o adequado andamento dos trabalhos.

A Figura 10.1 apresenta registro fotográfico da reunião realizada na sede da Prefeitura de Barra no dia 16 de abril de 2015.



Figura 10.1 – Reunião realizada na sede da Prefeitura de Barra no dia 16/04/2015

Após a reunião, conjuntamente com o Secretário do Meio Ambiente e representantes do SAAE, foram visitados os locais de captação e tratamento de água do SAAE, a estação de tratamento de esgoto sanitário, o aterro sanitário municipal e áreas de potencial alagamento. A seguir serão expostas as informações levantadas durante visita técnica acerca das quatro áreas do saneamento básico e os locais visitados no município.

10.9.1 Abastecimento de Água

Segundo informações, avanços importantes foram feitos na questão do abastecimento de água em Barra com o apoio do Programa Federal Água Para Todos, instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011 (BRASIL, 2011), principalmente nas zonas rurais com a implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água e instalação de cisternas para o armazenamento da água da chuva. No entanto, muitas comunidades da zona rural ainda captam água superficial sem tratamento adequado e problemas de falta de água são recorrentes, principalmente nos meses de junho a novembro, quando somente o exército consegue auxiliar estas comunidades através de carro-pipa.

Das informações coletadas, temos que as comunidades no brejo realizam captação superficial, algumas outras comunidades se abastecem do Rio São Francisco e outras do Rio Grande e que a comunidade de Wanderlei possui uma Estação de Tratamento de Água (ETA) que serve a 250 famílias. Nos foi exposto

também que a ONG da diocese Água é Vida tem atuado na zona rural do município construindo poços de até 12 metros de profundidade, não regularizados e, conforme Secretariados, sem parceria da Prefeitura ou do Sistema Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) de Barra.

A maioria dos poços perfurados é realizado pela Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB), órgão vinculado à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia. Nos foi relatado que a CERB poderá fornecer dados dos poços e da potabilidade da água captada.

Na zona urbana os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por um Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Segundo dados verificados no município e no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2013), 100% da população urbana é atendida pelo sistema de abastecimento de água (SAA) gerido pelo SAAE (54,5% da população total de Barra) que possui uma tarifa média de água de R\$ 1,30 por m³ de água.

A água é captada no Rio Grande a 900 metro de distância da ETA, em local com adequado grau de preservação da mata ciliar. O sistema de tratamento de água é composto por filtro russo, que realiza a floculação, a sedimentação e a filtração preliminar, complementado com filtro rápido. Utiliza-se Sulfato de Alumínio para o processo de floculação e cloro e flúor para a desinfecção. Segundo informações, as bombas trabalham 20 horas por dia bombeando em torno de 800 milhões de litros de água por dia. Nos meses de setembro a novembro, devido ao maior consumo de água, as bombas chegam a trabalhar quase 24 horas por dia. Em vista disso, vem se incentivando o uso de caixas d'água nas residências e há projeto de ampliação da ETA. O SAA contempla ainda um conjunto de estações elevatórias. A Figura 10.2 apresenta registro fotográfico do SAA visitado.

Recentemente o SAAE foi multado pela Agência Nacional de Águas (ANA) pois os resíduos provenientes da ETA estão sendo lançados no Rio São Francisco e não há outorga para lançamento deste efluente.

10.9.2 Esgotamento Sanitário

Na zona rural do município o esgoto é, em sua maioria, destinado a fossa rudimentar ou diretamente ao ambiente. Algumas comunidades são atendidas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que implementou módulos sanitários e fossa séptica.

Na zona urbana, segundo informações levantadas, aproximadamente 60% da população urbana é atendida pelo Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), tendo seu esgoto coletado e, através de estações elevatórias, levado até a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), que conta com um sistema de tratamento anaeróbico complementado por lagoas facultativas.

O SES implantado integra o Programa de Revitalização do Rio São Francisco que obteve recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de esgotamento sanitário nos municípios Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Ibotirama, Santa Brígida, Barra, Carinhanha, Luiz Eduardo Magalhães, Malhada e Jeremoabo. Em Barra, foram realizadas obras de construção de rede coletora, estações elevatórias de esgoto, estação de tratamento de esgoto e ligações domiciliares. A obra ainda não foi entregue e diversas irregularidades foram detectadas no sistema, como a não construção do emissário/linhas de recalque para o destino final do efluente no Rio São Francisco. A ETE já tem três anos de funcionamento, mas suas lagoas ainda não foram completamente preenchidas, de forma que a não construção do emissário ainda não resultou em grandes problemas ao município. De forma geral, verifica-se uma complicada situação em torno do SES da zona urbana que deverá ser cuidadosamente analisada.

Assim que a obra for entregue ao município, caberá o SAAE a gestão do sistema. Enquanto isso, não há técnico encarregado para os devidos cuidados da ETE e ainda não há cobrança pela coleta e tratamento do esgoto. A Figura 10.3 apresenta registro fotográfico do SES visitado que compreende a ETE e estação elevatória.

10.9.3 Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)

Não há coleta seletiva no município, sendo que quem realiza a coleta convencional é uma empresa terceirizada, a PR-Serv. A coleta é realizada

diariamente e segundo dados levantados, em torno de 18 a 25 toneladas de resíduos são coletados diariamente.

Os resíduos coletados são destinados a um Aterro Sanitário Municipal que apresenta algumas pendências: não há manta impermeabilizante, no entanto, há uma camada reforçada de 40 a 60 cm de argila. Segundo um estudo, na região do aterro o lençol freático se encontra há 18 metros de profundidade, o que não apresentaria riscos de contaminação por chorume uma vez que este se degradaria antes. O Aterro Sanitário Municipal também recebe resíduos hospitalares, tendo em vista que possui vala específica com cal virgem e tela.

Durante a visita, foi possível ir até o portão do Aterro Sanitário, mas não tivemos a oportunidade de chegar mais próximo pois o local é cercado, estava trancado e não há guarda no local. Sendo assim, não foi possível averiguar melhor as condições do Aterro Sanitário. Aconselha-se analisar o Plano do Aterro (Prefeitura possui somente uma via impressa) e realizar uma visita técnica mais minuciosa no local.

Ainda, segundo informações levantadas, os resíduos destinados ao Aterro Sanitário são em sua maioria resíduos secos, tendo em vista que grande parte dos resíduos orgânicos servem para alimentar os animais de estimação. Também foi informado que no município atua a cooperativa COOPERBARRA de reciclagem que ainda conta com um viveiro de mudas nativas.

Quanto ao antigo lixão, este já foi desativado, isolado e parte aterrado, com previsão de plantio de mudas no local.

A Figura 10.4 apresenta o registro fotográfico da situação dos resíduos sólidos verificados no município no dia 16 de abril de 2015.

10.9.4 Drenagem urbana

Em torno de todo o perímetro urbano há um muro de contenção para prevenir danos devido ao aumento crítico do nível da água do Rio São Francisco, medida adotada depois de uma grande inundação que ocorreu na cidade de Barra.

Atualmente, a zona urbana de Barra, por ser plana, sofre com problemas de alagamento, em específico o Bairro Sagrada Família, por estar em uma baixada do terreno. Para solucionar o problema do Bairro, foi construído uma elevatória pluvial com três bombas para, em casos de alagamento, bombear a água da chuva para fora do muro de contenção, destinando esta água ao Rio São Francisco. Entretanto, ligações de esgoto foram feitas na rede pluvial e a elevatória pluvial, que deveria funcionar somente em situações de pluviosidade, funciona 24 horas por dia bombeando esgoto diretamente ao Rio São Francisco e, quando chove, o sistema não dá conta.

A Figura 10.5 apresenta o Bairro Sagrada Família e a elevatória pluvial.



Figura 10.2 – Visita ao SAA da zona urbana de Barra (16/04/2015)



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO



ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO

Figura 10.3 – Visita ao SES da zona urbana de Barra (16/04/2015)



ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

RESÍDUOS DISPOSTOS PARA COLETA

LIMPEZA URBANA

Figura 10.4 – Registro fotográfico da situação dos RSD verificados no município no dia 16/04/2015.



BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA – PONTO CRÍTICO NA DRENAGEM URBANA



ELEVATÓRIA PLUVIAL

Figura 10.5 – Registro fotográfico do Bairro Sagrada Família e da elevatória pluvial (16/04/2015).

11 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

11.1 Introdução

O Plano de Mobilização Social e de Comunicação é um instrumento que explicita o trabalho a ser realizado com a população do município da Barra no âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a fim de proporcionar a participação de todos os segmentos da sociedade, garantindo assim um processo democrático e transparente para a implementação do plano.

A mobilização social tem como finalidade informar e esclarecer a população sobre todo o processo de elaboração do PMSB considerando que o acesso à informação é um direito constitucional garantido pela Constituição de 1988. O art. 5º em seu inciso XXXIII dispõe que:

*“...todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse pessoal ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”
(BRASIL, 2013).*

Da legislação aplicada, da Lei nº 11.445/2007, depreende-se que a participação e o controle social são instrumentos para a efetivação dos propósitos e princípios da Política Nacional de Saneamento Básico. Segundo a Lei nº 11.445/2007, em seu Capítulo VII, a participação de órgãos colegiados no controle social tem como objetivo estimular, de forma organizada, a mobilização e a participação da sociedade na formulação de uma política pública de saneamento, exercer ação fiscalizadora quanto à qualidade dos serviços e à aplicação dos recursos financeiros e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos.

Para além de garantir o acesso de todos à informação a participação é conquistada. Segundo DEMO (1999), o termo participação não poderá ser entendido como dívida, exatamente porque não seria conquista, mas, sim, uma participação

limitada por quem exerce o poder; nem concessão, pois não é fenômeno secundário da política, mas elemento preponderante, fundamental no processo de conquista; não é preexistente, ou seja, não existe antes da conquista.

A participação proporciona a multiplicidade no diálogo, assim será respeitada a identidade cultural das comunidades locais; garantir a participação dos mais diversos segmentos da sociedade é garantir a democratização do acesso à informação e a realização do indivíduo enquanto sujeito de direitos.

Pretendemos aqui pontuar as ações que serão realizadas para garantir a participação e o acesso à informação de toda a população em todas as etapas do processo de elaboração do PMSB de Barra.

11.2 Justificativa e Objetivos

A participação social é um mecanismo indispensável para a eficácia da gestão pública e de suas políticas. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. Portanto, a mobilização social deve ter como meta não somente informar, mas incentivar e despertar questionamentos e colocações, possibilitando assim o envolvimento e a interação dos sujeitos quanto às questões relativas ao saneamento básico na sua cidade. Assim a mobilização social adquire um caráter propositivo e dinâmico.

A participação no processo de elaboração do Plano deve ocorrer a partir da mobilização social e incluir divulgação de estudos, propostas e o debate em torno de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico.

O processo de mobilização social como momento privilegiado de divulgação e sensibilização da sociedade para a participação cidadã em torno da gestão do saneamento básico, tem como objetivos:

- Mobilizar e estimular a participação e o comprometimento de instituições e entidades da sociedade civil no processo de elaboração do PMSB/Barra;

- Assegurar a efetiva participação da população nos processos de elaboração, implantação, avaliação e manutenção do PMSB;
- Propiciar o diálogo entre a equipe técnica e a população local;
- Incentivar o envolvimento de segmentos chave como lideranças comunitárias, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), coordenação de conselhos;
- Garantir o direito das diversas identidades culturais locais na participação de todos os eventos e atividades realizadas;
- Divulgar a importância do envolvimento de toda a sociedade para a preservação ambiental;
- Realizar ações de comunicação para ampla divulgação do PMSB.

Mais que a produção de um documento, o PMSB da Barra buscará consolidar um processo dinâmico e participativo nas diferentes etapas de sua elaboração, envolvendo a população e segmentos importantes da sociedade para uma adequada caracterização do saneamento básico e formulação de metas e prioridades de ação.

11.3 Metodologia

A base metodológica para garantir a efetiva participação social em todo processo de planejamento, elaboração e avaliação do PMSB contempla formas de amplo acesso às informações e de pleno exercício da cidadania, a socialização de experiências e o debate democrático e transparente de ideias para conhecimento claro do problema.

As reuniões e visitas serão estruturadas como estratégia para esclarecer e difundir, ao maior número de pessoas sobre a elaboração do PMSB, bem como a importância da participação de todos para garantir o exercício da cidadania, a democracia e a transparência na implementação da gestão dos serviços de saneamento básico.

A articulação institucional e com entidades da sociedade civil é essencial no processo de mobilização social assim, a partir da identificação das formas de organização existentes no município, realizaremos um trabalho “corpo a corpo” de esclarecimento e sensibilização das instituições públicas e entidades da sociedade civil, buscando ampliar a sua compreensão e motivá-las a participar de todas as etapas do processo.

Com o objetivo de dar maior visibilidade e informar a população do município da Barra sobre o processo de elaboração do PMSB, sua importância no contexto da gestão pública do saneamento básico, formas de participar das ações a serem realizadas, cronograma das atividades, locais de reunião, entre outras informações, serão produzidas várias peças de comunicação (folder, cartaz e spot para rádio e carro de som), agregando-se ainda entrevistas concedidas em emissoras de rádio locais, envio de e-mails e correspondências, inserção de informações em páginas eletrônicas.

Um aspecto que será observado é o uso da linguagem clara e objetiva para o amplo entendimento do público que é bem diverso, o uso de recursos iconográficos também será pertinente. O agendamento das atividades, bem como a escolha dos locais, datas e horários para a realização das atividades será feito através do diálogo com a população.

As atividades realizadas pela equipe da consultoria terão a exposição de material de divulgação e o uso de recursos audiovisuais para facilitar a compreensão das temáticas abordadas, bem como será feito o registro através de fotografias, listas de presença e atas. Todas as exposições serão dialogadas, ou seja, em todas as atividades o público terá espaço e poderá se posicionar e expressar suas opiniões e sugestões.

Nas oficinas de mobilização social serão coletados dos diversos segmentos suas impressões quanto às questões referentes ao saneamento básico no município, suas sugestões de ações e projetos para equacionar problemas diagnosticados na área do saneamento básico e abordaremos a importância e as formas de preservação e conservação do meio ambiente, do saneamento básico para a

saúde e a qualidade de vida da população, do bom uso dos equipamentos hidrossanitários, e da educação ambiental.

Pretende-se com a metodologia sugerida na elaboração do PMSB:

- Estabelecer mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre o diagnóstico e os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam;
- Definir mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do Plano, bem como formas e meios para recebimento de sugestões e críticas (tais como cartazes, página na internet, central de ouvidoria, anúncios em rádio e jornais locais e outros que atendam as peculiaridades do município);
- Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais;
- Identificar problemas e sugestões na área do saneamento básico através de visitas e entrevistas com cidadãos moradores.

11.4 Público Alvo

As ações e atividades terão como público alvo todos os segmentos sociais e indivíduos residentes e/ou que fazem uso do sistema de saneamento básico no município da Barra. Para tanto teremos como público alvo:

- Poder Público;
- Organizações da sociedade civil;
- Associações comunitárias;
- Associações de agricultores e pescadores;
- Sindicato de Trabalhadores Rurais.

11.5 Ações e Atividades Propostas

Serão realizadas diversas atividades de mobilização e comunicação com a finalidade de que toda a população tenha conhecimento da elaboração do PMSB de Barra. Estas atividades acontecerão em três momentos distintos com os seguintes propósitos:

- I. Divulgação do PMSB e levantamento de informações para compor o diagnóstico do PMSB;
- II. Divulgação do Diagnóstico atual dos serviços de Saneamento Básico;
- III. Divulgação dos Programas e Ações.

Num primeiro momento serão realizadas atividades com o objetivo de informar a população do município da Barra sobre o processo de elaboração do PMSB, sua importância no contexto da gestão pública do saneamento básico e esclarecer sobre aspectos relacionados a saneamento básico. Pretende-se com estas atividades oportunizar também o levantamento de informações referentes aos problemas vivenciados pela população e suas demandas para compor o diagnóstico do PMSB.

Após a conclusão do Diagnóstico Técnico Participativo, pretende-se realizar atividades que oportunizem o debate sobre os cenários futuros (projetos e ações) para a gestão dos serviços de saneamento básico no município e divulgação dos produtos do PMSB.

A quantidade de atividades, como o número de oficinas a serem realizadas, só poderá ser determinada após o primeiro contato direto com o município. No entanto, sugere-se a realização das seguintes atividades para atingir todos os habitantes do município:

- Visitas direcionadas (visitas às entidades e instituições como secretarias municipais de saúde, assistência social, educação e agricultura, câmara de vereadores);

- Exposições dialogadas (participação em reuniões de conselhos, associações e sindicatos etc.);
- Distribuição do material de divulgação em locais de grande circulação (folders e cartazes);
- Concessão de entrevistas e anúncios nas rádios locais;
- Divulgação de todas as atividades, ações e eventos na mídia impressa e digital;
- Realização de Oficinas de Mobilização (realização de oficinas com representantes da área urbana e rural dos diversos segmentos da sociedade como Agentes Comunitários de Saúde (ACS), professores, agricultores e pescadores).

No Quadro 11.1 a seguir estão detalhadas as ações e atividades propostas.

11.6 Ouvidoria

Será implantado serviço de ouvidoria para atendimento da população nas questões referentes ao plano de saneamento, a saber:

- Esclarecimento sobre o plano de saneamento: objetivo e métodos;
- Informação de data e locais das reuniões de mobilização e apresentação de produtos;
- Coleta de comentários e experiências da população no tangente do saneamento básico.

A ouvidoria será divulgada em site da prefeitura e por comunicação impressa. Os canais da ouvidoria serão os seguintes:

- Por e-mail: ouvidoria-barra@aguaesolo.com
- Telefone: linha específica a ser implantada. Horário de Atendimento: 9:00 ao 12:00 e das 14:00 aos 17:00, de segunda a sexta, exceto feriados.

Quadro 11.1 – Ações e Atividade Propostas

		O que fazer	Objetivo	Como fazer	Recurso	Público	Quem	Quando					
Organização de dados	Levantamento de dados	Mapear o perfil das comunidades rurais e urbanas, identificar lideranças comunitárias, instituições políticas, econômicas, religiosas e civis, os principais meios de comunicação, os conflitos sociais, a distribuição geográfica da população e demais possíveis parceiros.	Identificar lideranças e parceiros que possam cooperar na divulgação do PMSB e nas atividades de mobilização social e identificar locais de encontro das comunidades. Em suma, objetiva-se levantar informações para auxiliar na estratégias de mobilização e comunicação de forma que estes sejam compatíveis com as peculiaridades locais.	Visitas locais; consultas à distância por telefone/e-mail aos órgãos públicos; mapeamento das comunidades rurais e locais estratégicos	Telefone, lista de contatos, e-mail, mapas, internet	Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	maio / 2015					
	Canais de divulgação	Central Telefônica	Articular a criação de uma central única telefônica para ouvir, avaliar e responder as manifestações dos cidadãos acerca da elaboração do PMSB de Barra	Estabelecer um canal aberto com a população para recebimento de críticas, sugestões e esclarecimento de dúvidas. Objetiva a divulgação, o entendimento e o aprimoramento do PMSB e o fortalecimento da participação social	Articular a criação de uma central única telefônica	Equipe Água e Solo	Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	maio / 2015				
		Rede Virtual	Articular a criação de uma rede virtual (facebook, site da prefeitura) onde seja divulgado o andamento do PMSB e possibilite o recebimento de manifestações dos cidadãos.	Estabelecer um canal aberto com a população para divulgar o PMSB (atividades/produtos/notícias) e receber críticas, sugestões e esclarecer dúvidas. Objetiva a divulgação, o entendimento e o aprimoramento do PMSB e o fortalecimento da participação social	Articular a criação de uma rede virtual (facebook, site da prefeitura)	Equipe Água e Solo	Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	maio / 2015				
Eventos	I. Divulgação do PMSB e levantamento de informações para compor o diagnóstico do PMSB	MS1 - Sede	Realizar conferência pública para as comunidades conhecerem e participarem da elaboração do PMSB e convidá-los a participarem de atividades (a exemplo do mapa falante e questionários) que objetivam o levantamento de informações importantes para compor o diagnóstico do PMSB (problemas e demandas das populações na área de saneamento básico).	Objetiva-se com a conferência promover um espaço de informação e reflexão pertinentes ao saneamento básico, visando à sensibilização e conscientização das comunidades sobre a relevância do PMSB para melhoria da qualidade de vida e incentivar a participação de todos na construção do PMSB. Objetiva-se também o levantamento de informações importantes para compor o diagnóstico do PMSB, como os problemas de saneamento básico e demandas da população.	1-Elaborar material de divulgação; 2-Definir local; 3-Contratar coffee break; 4-Elaborar atividade para manifestações da comunidade (mapa-falante/formulário/etc); 5-Afixar cartazes informativos em locais estratégicos (escolas, hospitais, postos de saúde, repartições públicas, igrejas, ônibus, rodoviárias, etc); 6-Divulgar anúncios em jornais e rádios e mídias eletrônicas; 7-Postar informações em redes sociais (facebook) e site da prefeitura; 8-Distribuir convites/chamamentos através dos agentes de saúde; 9-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)	Material de divulgação (folders, cartazes, anúncios, rádio, jornal, mídia eletrônicas, redes sociais, site prefeitura), convites impressos, lanche, folha de presença, material para apresentação, local.	Comunidade de Barra, zona urbana	Equipe Água e Solo	maio e abril / 2015				
		MS2 - Zona Rural											
		MS3 - Agentes de Saúde					Realizar reunião de trabalho com agentes de saúde e fiscais sanitários para envolvê-los na construção do PMSB, tendo em vista que são importantes elos entre a comunidade e os serviços públicos e podem atuar como multiplicadores de conhecimento, auxiliar na mobilização social e na identificação de áreas e situações de risco.	Objetiva-se com a reunião de trabalho promover um espaço de informação e reflexão pertinentes ao saneamento básico e o papel dos agentes de saúde como multiplicadores de conhecimento, buscando incentivar a participação e cooperação dos agentes de saúde na construção do PMSB. Objetiva-se também o levantamento de informações importantes para compor o diagnóstico do PMSB, como a identificação de áreas e situações de risco.		1-Definir local; 2-Contratar coffee break; 3-Elaborar e distribuir convites impressos/e-mail aos agentes de saúde; 4-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)	Convites impressos, local, lanche, folha de presença, material para apresentação.	Agentes de saúde	Equipe Água e Solo
		MS4 - Escola					Realizar oficina de mobilização com professores e coordenadores da rede escolar para envolvê-los na temática do saneamento básico e na construção do PMSB, tendo em vista que são importantes multiplicadores de conhecimento e podem atuar na sensibilização e conscientização das comunidades sobre a relevância do saneamento básico para a vida.	Objetiva-se com oficina de mobilização promover um espaço de informação e reflexão pertinentes ao saneamento básico e o papel das Escolas/professores/coordenadores como multiplicadores de conhecimento, buscando incentivar a participação e cooperação da rede escolar na construção do PMSB e no papel de sensibilizar e conscientizar crianças e jovens sobre a relevância do saneamento básico		1-Definir local; 2-Contratar coffee break; 3-Elaborar e distribuir convites impressos/e-mail aos representantes das Escolas; 4-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)	Convites impressos, local, lanche, folha de presença, material para apresentação.	Representantes da rede escolar (coordenadores, professores)	Equipe Água e Solo
	II. Divulgação do Diagnóstico atual dos serviços de Saneamento Básico	D1 - Sede	Promover uma conferência pública, amplamente divulgada no município, pautada na apresentação do diagnóstico atual dos serviços de saneamento básico e abrir um espaço para discutir sobre possíveis ações/soluções a serem aplicadas aos serviços de saneamento básico.	Criar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, visando à divulgação do PMSB, do diagnóstico do saneamento básico e o fortalecimento da participação social com opiniões, críticas e sugestões para o plano de ação do PMSB.	1-Elaborar material de divulgação do diagnóstico do PMSB; 2-Definir local; 3-Contratar coffee break; 4-Elaborar atividade para manifestações da comunidade; 5-Afixar cartazes informativos em locais estratégicos (escolas, hospitais, postos de saúde, repartições públicas, igrejas, ônibus, rodoviárias, etc); 6-Divulgar anúncios em jornais e rádios e mídias eletrônicas; 7-Postar informações em redes sociais (facebook) e site da prefeitura; 8-Distribuir convites através dos agentes de saúde; 9-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)		Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	julho /2015				
	III. Divulgação dos Programas e Ações	PPA1 - Sede	Promover uma conferência pública, amplamente divulgada no município, pautada na divulgação dos programas e ações necessárias à melhorias nos serviços de saneamento básico e possibilitar a priorização das ações e programas pela população.	Criar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, buscando convergências entre as propostas técnicas do PMSB e as manifestações populares e possibilitando a priorização das ações pela população.	1-Elaborar material de divulgação dos programas e ações PMSB; 2-Definir local; 3-Contratar coffee break; 4-Elaborar atividade para manifestações da comunidade; 5-Afixar cartazes informativos em locais estratégicos (escolas, hospitais, postos de saúde, repartições públicas, igrejas, ônibus, rodoviárias, etc); 6-Divulgar anúncios em jornais e rádios e mídias eletrônicas; 7-Postar informações em redes sociais (facebook) e site da prefeitura; 8-Distribuir convites através dos agentes de saúde; 9-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)	Material de divulgação (folders, cartazes, anúncios, rádio, jornal, mídia eletrônicas, redes sociais, site prefeitura), convites impressos, lanche, folha de presença, material para apresentação, local.	Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	outubro / 2015				
	Audiência Pública Final	APF - Sede	Audiência pública	O PMSB deve ser aprovado em audiência pública, que são o fórum de discussão da proposta da Prefeitura e para apresentação de sugestões e reivindicações.	1-Elaborar material de divulgação do PMSB; 2-Definir local; 3-Contratar coffee break; 4-Elaborar atividade para manifestações da comunidade; 5-Afixar cartazes informativos em locais estratégicos (escolas, hospitais, postos de saúde, repartições públicas, igrejas, ônibus, rodoviárias, etc); 6-Divulgar anúncios em jornais e rádios e mídias eletrônicas; 7-Postar informações em redes sociais (facebook) e site da prefeitura; 8-Distribuir convites através dos agentes de saúde; 9-Avaliar (relatório quantificando participantes e qualificando o grau de participação)		Comunidade de Barra	Equipe Água e Solo	dezembro / 2015				

11.7 Cronograma das atividades de mobilização social

O cronograma preliminar de execução das atividades de mobilização social previstas para o município de Barra consta no Quadro 11.2.

Quadro 11.2 – Cronograma das atividades de mobilização Social

ATIVIDADES		ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Visitas direcionadas										
Exposições dialogadas										
Elaboração do material de divulgação										
Distribuição do material de divulgação										
Aplicação do questionário (entrevista)										
Concessão de entrevistas e anúncios nas rádios locais										
Divulgação de todas as atividades, ações e eventos na mídia impressa e digital										
Realização de Oficinas de Mobilização	I. Divulgação do PMSB e levantamento de informações para compor o diagnóstico do PMSB	MS1 - Sede								
		MS2 - Zona rural								
		MS3 - Agentes de Saúde								
		MS4 - Professores								
	II. Divulgação do Diagnóstico	D1 - Sede								
	III. Divulgação dos Programas e Ações	PPA1 - Sede								
	Audiência Pública Final	APF - Sede								

Reuniões de Mobilização

Dia 27/05

- Agentes de Saúde
- Professores
- Sede (população em geral)

Dia 28/05

- Comunidade Brejo dos Olhos d'Água
- Comunidade Primavera

Dia 29/05

- Comunidade Ibiraba
- Comunidade Aparecida (Baixão da Aparecida)

11.8 Proposta de material de divulgação dos eventos

A seguir, são apresentados modelos de textos, cartazes e convites para divulgação dos eventos. Os mesmos são apenas ilustrativos e deverão passar por discussão e aprovação junto à AGB Peixe Vivo.

- Questionário (Figura 11.1): pretende-se realizar entrevistas junto à população e representantes de entidades e da sociedade da Barra. Almeja-se conhecer pontos críticos e sugestões da população da zona urbana e da zona rural.
- Convite (Figura 11.2)
- Cartaz (Figura 11.3)
- Panfleto Modelo 1 (Figura 11.4)
- Panfleto Modelo 2 (Figura 11.5)

- Chamada de Rádio

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA SOBRE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE BARRA

A Prefeitura Municipal de Barra convida a população a participar da PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL SOBRE SANEAMENTO BÁSICO, visando à divulgação do diagnóstico da situação do saneamento no município e o fortalecimento da participação social com opiniões, críticas e sugestões para o plano de ações do PMSB.

Data: XX/XX/XXXX

Horário: A partir das XX

Local: XXXXXX

Sua participação é muito importante para construção de uma cidade melhor!

- Anúncio de Jornal

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA SOBRE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE BARRA

A Prefeitura Municipal de Barra convida a população a participar da PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL SOBRE SANEAMENTO BÁSICO, visando à divulgação do diagnóstico da situação do saneamento no município e o fortalecimento da participação social com opiniões, críticas e sugestões para o plano de ações do PMSB.

Data: XX/XX/XXXX

Horário: A partir das XX

Local: XXXXX

Sua participação é muito importante para construção de uma cidade melhor!

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE BARRA

Precisamos de sua opinião sobre como está o saneamento básico no município e sugestões do que poderia melhorar:

RESIDENTE NA: ZONA URBANA () ZONA RURAL ()

Área	Podes citar algum problema na área?	O que poderia melhorar na área?
ABASTECIMENTO DE ÁGUA (captação, tratamento e distribuição de água de qualidade)	<input type="checkbox"/> Falta água <input type="checkbox"/> Água sem tratamento
ESGOTO SANITÁRIO (destino final do esgoto sanitário)	<input type="checkbox"/> Esgoto sem tratamento <input type="checkbox"/> Esgoto a céu aberto
RESÍDUOS SOLÍDOS (coleta e disposição final do lixo)	<input type="checkbox"/> Não há coleta de lixo <input type="checkbox"/> Não há coleta seletiva <input type="checkbox"/> Lixo no ambiente
DRENAGEM E ÁGUA DA CHUVA (Manejo da água da chuva: bueiros, coleta da água da chuva...)	<input type="checkbox"/> Entupimento dos bueiros <input type="checkbox"/> Alagamento

A seguir, marque quais ações acha que o Plano de Saneamento Básico deva dar prioridade:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Implantar Coleta Seletiva | <input type="checkbox"/> Proteger as matas ciliares |
| <input type="checkbox"/> Campanha de Educação Ambiental | <input type="checkbox"/> Manejo da água da chuva |
| <input type="checkbox"/> Tratar o esgoto sanitário | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Materiais informativos à população | |

OBRIGADO!

Figura 11.1 – Proposta de Questionário



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA BARRA

A Prefeitura Municipal de Barra e o CBH Rio São Francisco têm a honra de convidá-lo(a) para a Reunião de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Barra.

Reiteramos a importância de sua participação, pois nessa reunião serão definidos as formas de prestação de serviços e ações a serem propostas com o PMSB.

<p>DATA _/_/2015 (____-____)</p> <p>HORÁRIO _h __min</p> <p>LOCAL Rua _____</p>	<p>PROGRAMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura - Apresentação do Diagnóstico do PMSB - Esclarecimentos e Sugestões / Debate - Café de Encerramento
---	---

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA E COLABORAÇÃO!



Figura 11.2 – Proposta de Convite



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA BARRA

A Prefeitura Municipal de Barra e o CBH Rio São Francisco convidam a população para participar da

CONFERÊNCIA PÚBLICA SOBRE SANEAMENTO BÁSICO DE BARRA

que objetiva divulgar o diagnóstico da situação do saneamento no município e fortalecer a participação social. Participe e contribua com opiniões, críticas e sugestões para melhorar o atendimento dos serviços de saneamento básico em Barra.

<p>DATA __/__/2015 (___-___)</p> <p>HORÁRIO __h __min</p> <p>LOCAL Rua _____</p> <p>INFORMAÇÕES Telefone: XXXX XXXX E-mail: xxxxx@xxx.com</p>	<p>PROGRAMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura - Apresentação do Diagnóstico do PMSB - Esclarecimentos e Sugestões / Debate - Café de Encerramento <p>Facebook: xxxxxx Saiba mais sobre o PMSB da Barra no site www.xxxxxx.com.br</p>
---	--

Abastecimento de água	Drenagem	Esgoto sanitário	Resíduos sólidos
			

PARTICIPE!
 Traga sua contribuição e ajude na construção do Plano.



Figura 11.3 – Proposta de Cartaz



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA BARRA

A Prefeitura Municipal de Barra e o CBH Rio São Francisco convidam a população para participar da

CONFERÊNCIA PÚBLICA SOBRE SANEAMENTO BÁSICO DE BARRA

que objetiva divulgar o diagnóstico da situação do saneamento no município e fortalecer a participação social. Participe e contribua com opiniões, críticas e sugestões para melhorar o atendimento dos serviços de saneamento básico em Barra.

DATA __/__/2015 (____-____)

HORÁRIO __h __min

LOCAL Rua

PROGRAMAÇÃO

- Abertura
- Apresentação do Diagnóstico do PMSB
- Esclarecimentos e Sugestões / Debate
- Café de Encerramento

PARTICIPE!

Traga sua contribuição e ajude na construção do Plano.

Figura 11.4 – Proposta de Panfleto 1

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA BARRA

O Município de Barra está elaborando seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e a sua participação e cooperação é muito importante.

O que é SANEAMENTO BÁSICO?
Saneamento básico com qualidade é

<p>Todos terem acesso a água com qualidade</p>	<p>Coletar e tratar o esgoto para não poluir os rios e evitar doenças</p>
<p>Diminuir os problemas de alagamentos e secas</p>	<p>Coletar e dispor adequadamente os resíduos</p>

Saneamento Básico é definido pela Lei Federal nº 11.445 de 2007 como o conjunto de serviços e infraestruturas de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Ter acesso aos serviços de saneamento básico é garantir mais saúde e mais qualidade de vida às pessoas.

O que é o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?
O PMSB é um documento de planejamento que define as diretrizes, as ações e as metas para que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de saneamento básico. É um instrumento que ajudará na elaboração dos projetos e na execução dos serviços e obras relacionados ao saneamento básico no município. O município de Barra está elaborando seu Plano de Saneamento Básico e a sua contribuição é importante para que o PMSB realmente possa garantir a toda população de Barra o acesso aos serviços de saneamento básico.

Como posso contribuir?
Contribua com a elaboração do PMSB de Barra contando quais são as dificuldades e os problemas de saneamento básico enfrentados no município e exigindo que as ações sejam implantadas. Participe das audiências, conferências e seminários públicos sobre saneamento básico e contribua com sugestões por meio dos canais de participação:

Telefone: XXXX XXXX Facebook: xxxxxx
E-mail: xxxxx@xxx.com Saiba mais sobre o PMSB da Barra no site www.xxxxxx.com.br

PARTICIPE!
Traga sua contribuição e ajude na construção do Plano.



Figura 11.5 – Proposta de Panfleto 2

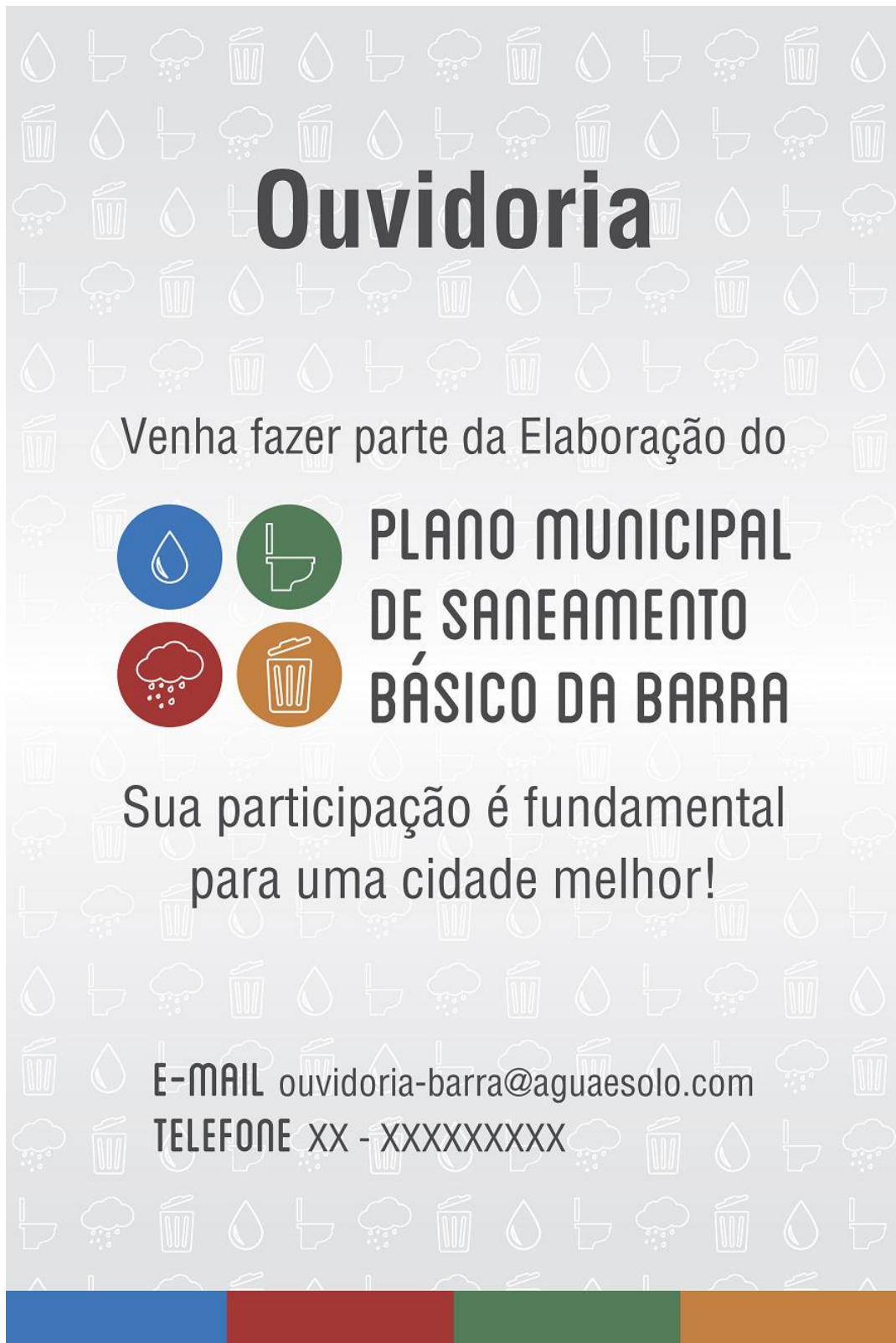


Figura 11.6 – Proposta de Pôster para Divulgação da Ouvidoria

11.9 Quantitativos e Custos de Material de divulgação

A seguir são apresentados os custos de divulgação para as seguintes atividades:

- Divulgação do PMSB;
- Divulgação do Diagnóstico;
- Apresentação e priorização dos programas, projetos e ações;
- Audiência Pública Final.

Quadro 11.3 – Quantidade e custo estimado de material de divulgação

Divulgação	Período de divulgação	Público Alvo	Peças utilizadas	Quantidade	Custo Unitário(R\$)	Custo Total(R\$)
I. Divulgação do PMSB e levantamento de informações para compor o diagnóstico do PMSB	A definir	Geral	Rádio	10 dias/3x ao dia	R\$30,00	R\$300,00
			Jornal	1 anúncio/8 cm x 10 cm	R\$400,00	R\$400,00
			Carro de som	5 dias de divulgação	R\$100,00	R\$500,00
			Cartazes	150	R\$3,00	R\$300,00
			Panfletos	1000	R\$0,75	R\$750,00
			Mídia eletrônica	-	-	-
		População urbana	Convite impresso	1000	R\$0,75	R\$750,00
			Convite virtual	-	-	-
		População rural	Convite impresso	1000	R\$0,75	R\$750,00
			Convite virtual	-	-	-
		Agentes de Saúde	Convite impresso	50	R\$0,75	R\$37,50
			Convite virtual	-	-	-
		Professores	Convite impresso	50	R\$0,75	R\$37,50
			Convite virtual	-	-	-
II. Divulgação do Diagnóstico	A definir	Geral	Rádio	10 dias/3x ao dia	R\$30,00	R\$300,00
			Jornal	1 anúncio/8 cm x 10 cm	R\$400,00	R\$400,00
			Carro de som	5 dias de divulgação	R\$100,00	R\$500,00
			Cartazes	150	R\$3,00	R\$300,00
			Panfletos	1500	R\$0,75	R\$750,00
			Mídia eletrônica	-	-	-
			Faixa	10	R\$30,00	R\$300,00

Divulgação	Período de divulgação	Público Alvo	Peças utilizadas	Quantidade	Custo Unitário(R\$)	Custo Total(R\$)
			Convite impresso	1500	R\$0,75	R\$37,50
			Convite virtual	-	-	-
III. Apresentação e priorização dos programas, projetos e ações	A definir	Geral	Rádio	10 dias/3x ao dia	R\$30,00	R\$300,00
			Jornal	1 anúncio/8 cm x 10 cm	R\$400,00	R\$400,00
			Carro de som	5 dias de divulgação	R\$100,00	R\$500,00
			Cartazes	150	R\$3,00	R\$300,00
			Panfletos	1500	R\$0,75	R\$750,00
			Mídia eletrônica	-	-	-
			Faixa	10	R\$30,00	R\$300,00
			Convite impresso	1500	R\$0,75	R\$37,50
			Convite virtual	-	-	-
V. Audiência Pública Final	A definir	Geral	Rádio	10 dias/3x ao dia	R\$30,00	R\$300,00
			Jornal	1 anúncio/8 cm x 10 cm	R\$400,00	R\$400,00
			Carro de som	5 dias de divulgação	R\$100,00	R\$500,00
			Cartazes	150	R\$3,00	R\$300,00
			Panfletos	1500	R\$0,75	R\$750,00
			Mídia eletrônica	-	-	-
			Faixa	10	R\$30,00	R\$300,00
			Convite impresso	1500	R\$0,75	R\$37,50
			Convite virtual	-	-	-

O valor total proposto é de R\$ 11.587,50.

12 PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA PRODUTOS A SEREM ELABORADOS PARA O PMSB DE BARRA/BA

Nos subitens a seguir serão apresentadas minutas de sumário para os produtos seguintes, do P2 ao P7, a serem elaborados para o PMSB do município de Barra/BA. A itemização do produto P8 será elaborada após a apresentação do Diagnóstico.

12.1 Minuta de Sumário para o Produto 02 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico

1. INTRODUÇÃO
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO
4. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
5. HORIZONTE DO PLANO DE SANEAMENTO
6. DADOS CENSITÁRIOS E PROJEÇÃO POPULACIONAL
7. SANEAMENTO BÁSICO
8. LEGISLAÇÃO
9. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
10. INDICADORES SOCIAIS
 - 10.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO (IDese)
 - 10.2 IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
 - 10.3 SAÚDE E CONTROLE DE VETORES
 - 10.4 EDUCAÇÃO
 - 10.5 ENERGIA
 - 10.6 HABITAÇÃO
11. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DE BARRA
 - 11.1 CLIMA
 - 11.2 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA, SOLOS
 - 11.3 OCUPAÇÃO DO SOLO E COBERTURA VEGETAL
 - 11.4 HIDROGRAFIA
12. PROGRAMAS RELACIONADOS (PBH, DIRETRIZES URBANAS, ETC.)
13. DIAGNÓSTICO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - 13.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA URBANA
 - 13.1.1 INDICADORES APLICADOS AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA URBANA
 - 13.1.2 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA URBANA
 - 13.1.3 PROBLEMAS E DEMANDAS PARA O SAA DA ZONA URBANA DE BARRA
 - 13.2 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL
 - 13.3 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DO SAA
14. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
 - 14.1 ACESSO DOS DOMICÍLIOS AOS SERVIÇOS DE ESGOTO SANITÁRIO

- 14.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) PARA A ZONA URBANA DE BARRA
 - 14.2.1 PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (CODEVASF)
 - 14.2.2 CONCEPÇÃO DO SES PARA A ZONA URBANA DE BARRA
 - 14.2.3 ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DO SES
 - 14.2.4 DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SES
 - 14.2.5 INDICADORES APLICADOS AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- 14.3 SANEAMENTO RURAL
- 14.4 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA APLICADA AO SES
- 15. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 15.1 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM BARRA (SITUAÇÃO ATUAL)
 - 15.2 RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RSD)
 - 15.2.1 COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RSD
 - 15.2.2 RECICLAGEM DOS RSD
 - 15.2.3 COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RSD
 - 15.3 LIMPEZA URBANA
 - 15.4 RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DE DEMOLIÇÃO (RCD)
 - 15.5 RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
 - 15.6 RESÍDUOS ESPECIAIS (ELETRÔNICO, PILHAS, ÓLEO, LÂMPADAS FLUORESCENTES)
 - 15.7 RESÍDUOS ORIUNDOS DA AGROPECUARIA
 - 15.8 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 15.9 LEGISLAÇÃO APLICADA
 - 15.10 PROGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE UM CONSÓRCIO PÚBLICO DE MUNICÍPIOS
 - 15.11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS
- 16. DIAGNÓSTICO DA DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 - 16.1 ASPECTOS RELACIONADOS A PROBLEMÁTICA DA DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS
 - 16.2 SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (ALAGAMENTOS)
 - 16.3 PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA
 - 16.4 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA RELATIVA A DRENAGEM PLUVIAL
- 17. ATA DO SEMINÁRIO PÚBLICO DE APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO

12.2 Minuta de Sumário para o Produto 03 – Prognósticos e Alternativas para a Universalização dos Serviços de Saneamento Básico

1. INTRODUÇÃO
2. PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - 2.1 ESTIMATIVA DA DEMANDA DE ÁGUA E DAS RECEITAS COM OS SAA PARA O HORIZONTE DO PMSB
 - 2.2 DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DO PADRÃO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DO SAA
 - 2.3 CENÁRIOS APLICADOS AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - 2.3.1 CENÁRIO SAA ZONA URBANA
 - 2.3.2 CENÁRIO SAA ZONA RURAL
 - 2.4 ANÁLISE FINANCEIRA DOS CENÁRIOS SAA
3. PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
 - 3.1 CENÁRIOS APLICADOS AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
 - 3.2 CENÁRIO SES ZONA URBANA
 - 3.2.1 MODELO DE GESTÃO PARA SES ZONA URBANA
 - 3.2.2 PROJETO SES ZONA URBANA
 - 3.2.3 PROJEÇÃO DA VAZÃO DE ESGOTO PAR AO HORIZONTE DO PMSB
 - 3.2.4 PADRÃO DE LANÇAMENTO PARA EFLUENTE FINAL DO SES
 - 3.2.5 ANÁLISE FINANCEIRA DO PROJETO DO SES
 - 3.3 CENÁRIO SES ZONA RURAL
4. PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.1 PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
5. PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO A DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 - 5.1 CENÁRIO APLICADO A DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

12.3 Minuta de Sumário para o Produto 04 – Programas, Projetos e

Ações

1. INTRODUÇÃO
2. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
3. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
4. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.1 ELEMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UM CONSÓRCIO PÚBLICO PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.2 ELEMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA
 - 4.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTINUADA
 - 4.4 PROGRAMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DE DEMOLIÇÕES (RCD)
5. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DA DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NO CONTEXTO INSTITUCIONAL
7. ATA DO SEMINÁRIO PÚBLICO DE APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

12.4 Minuta de Sumário para o Produto 05 – Ações para Emergências e Contingências

1. INTRODUÇÃO
2. DEFINIÇÃO DE EMERGÊNCIA
 - 2.1 DESASTRE
 - 2.2 DANO
 - 2.3 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
 - 2.4 ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
3. POSSÍVEIS EMERGÊNCIAS
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DEFESA CIVIL
5. PLANOS DE EMERGÊNCIA E RECOMENDAÇÕES
 - 5.1 PLANO DE CONTINGÊNCIA DA COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL
 - 5.2 AÇÕES PREVENTIVAS
 - 5.3 ESQUEMA DE OPERACIONALIZAÇÕES DAS AÇÕES DE EMERGÊNCIA
6. PROGRAMA DE PREVENÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES
7. MAPA DE ÁREAS DE RISCO

12.5 Minuta de Sumário para o Produto 06 – Termo de Referência para o Sistema de Informações Municipal

1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO A TOMADA DE DECISÃO
2. RELATÓRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS NO SIM
3. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
4. LEGISLAÇÃO
5. BIBLIOTECA
6. AGENDA PARA O CONTROLE SOCIAL
1. SISTEMA MUNICIPAL DE INDICADORES DO SANEAMENTO – SMIS
 - 1.1 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
 - 1.2 VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO
 - 1.3 INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - 1.4 INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
 - 1.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 1.6 INFORMAÇÕES RELATIVAS A DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 - 1.7 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – SIAGAS
2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
3. MANUAL DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAL - SIM

12.6 Minuta de Sumário para o Produto 07 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB

1. INTRODUÇÃO
2. CONCEITOS RELACIONADOS AOS INDICADORES
3. TIPOLOGIA DOS INDICADORES PARA O SANEAMENTO BÁSICO
4. INDICADORES RECOMENDADOS
 - 4.1 COLETA DE DADOS DE ÁGUA E ESGOTO (SNIS)
 - 4.2 COLETA DE DADOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO PARA OS SAA E SES
 - 4.4 INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O MANEJO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.5 TABELA DE INDICADORES RECOMENDADOS PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 4.6 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO
 - 4.7 INDICADORES NA ÁREA DA DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORA CONTÍNUA DO PMSB
 - 5.1 ÍNDICE DE QUALIDADE DO PMSB
 - 5.2 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE (IQ) AO PMSB DE BARRA
 - 5.3 ÍNDICE DE AUDITORIA DO PMSB
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13 EQUIPE PARTICIPANTE

13.1 Pela Água e Solo

Nome	Formação	Função
Dieter Wartchow	Dr. Eng. Civil	Coordenador Técnico
Alexandre Augusto Mees Alves	Msc. Eng. Civil	Gerente de Contrato/Apoio ao Profissional em Drenagem
Luiz Fernando Cybis	Dr. Eng. Civil	Coordenação Adjunta/Apoio ao Profissional de Planos Diretores e/ou Setoriais
Luiz Carlos Campos	Eng. Civil	Profissional de Água e Esgoto
Alfonso Risso	Msc. Eng. Civil	Profissional de Geoprocessamento
Cícera Gomes	Assist. Social	Profissional de Processo Participativo de Gestão Urbana
Fernando Setembrino Meirelles	Dr. Eng. Agron.	Profissional de Planos Diretores e/ou Setoriais
Gustavo Brasileiro Coelho	Msc. Eng. Civil	Profissional de Drenagem Urbana
Lucas Michelini Beltrame	Advogado	Profissional de Plano de Saneamento Básico, Planos Diretores Municipais e Legislação Urbana
Rafael Zortea	Eng. Químico	Profissional de Resíduos Sólidos
Raíza Cristovão Schuster	Eng. Ambiental	Apoio ao Profissional de Geoprocessamento
Liesbet Olaerts	Eng. Ambiental	Apoio ao Profissional de Água e Esgoto
Lucas Rangel Martins	Est. Eng. Civil	Apoio Técnico

13.2 Pela AGB Peixe Vivo

Nome	Função
Célia Maria Brandão Fróes	Diretora Geral
Alberto Simon Schwartzman	Diretoria Técnica
Ana Cristina da Silveira	Diretora de Integração
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos	Diretora de Administração e Finanças
Patrícia Sena Coelho	Assessora Ambiental
Thiago Campos	Assessor Técnico

Nome	Função
Jacqueline Evangelista Fonseca	Assessora Técnica

13.3 Pela Prefeitura Municipal

Grupo Técnico a ser definido.

14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGB Peixe Vivo. **Anexo I – Termo de Referência, Ato Convocatório Nº 025/2014.** 2013

ANA, 2005. Síntese executiva do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com apreciações das deliberações do CBHSF aprovadas na III Reunião Plenária de 28 a 31 de julho de 2004.

BAHIA, 2008a. **Decreto nº 11.246 de 17 de outubro de 2008.** Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHG e dá outras providências.

BAHIA, 2008b. **Decreto nº 11.247 de 17 de outubro de 2008.** Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Baianos do Entorno do Lago do Sobradinho - CBHLS e dá outras providências.

BAHIA, 2009. **Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

BRASIL, 1997. **Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL, 2001. **Decreto de 5 de junho de 2001.** Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.

BRASIL, 2007. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL, 2010a. **Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010.** Regulamenta a Lei no

11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

BRASIL, 2010b. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL, 2011. **Decreto nº 7.535 de 26 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.

BRASIL, 2014. **Decreto nº 8.211, de 21 de março de 2014**. Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

CBHSF, 2003. **Deliberação nº 03 de 3 de outubro de 2003**. Elaboração do plano de recursos hídricos do CBHSF.

CBHSF, 2004a. **Deliberação nº 7 de 29 de julho de 2004**. Aprovação do plano da bacia hidrográfica do São Francisco.

CBHSF, 2004b. **Deliberação nº 14 de 30 de julho de 2004**. Intervenções prioritárias para a recuperação e conservação hidroambiental.

CBHSF, 2004c. **Deliberação nº 15 de 30 de julho de 2004**. Conjunto de investimentos prioritários a serem realizados na bacia do São Francisco.

CBHSF, 2004d. **Deliberação nº 16 de 30 de julho de 2004**. Diretrizes e critérios para a cobrança pelo consumo das águas do São Francisco.

CBHSF, 2008. **Deliberação nº 40 de 31 de outubro de 2004**. Estabelece valores de cobrança do uso dos recursos hídricos da bacia do São Francisco.

CBHSF, 2012. **Deliberação nº 71, de 28 de novembro de 2012**. Plano de Aplicação Plurianual referente ao período 2013-2015.

CNRH, 2000. **Resolução CNRH nº 12, de 19 de julho de 2000**. Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os

usos preponderantes (revogada).

CNRH, 2010. **Resolução CNRH nº 108, de 13 de abril de 2010**. Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CONAMA, 1986. **Resolução CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986**. Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 08/04/2015.

MELO G.B; NAHUM T. **Estudo sobre regulação de serviços públicos municipais de saneamento**. Disponível em: www.assemae.org.br/arquivoArtigos/estudoRegulacao.pdf. Acesso em: 07/04/2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009. **Resolução recomendada nº 75, de 02 de julho de 2009**. Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.